

Diário do Legislativo de 13/05/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 19ª Reunião Extraordinária

1.2 - 20ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6/5/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Pareceres: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER -; discurso do Deputado Carlos Pimenta; votação secreta; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL -; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP -; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE -; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Ângela Maria Carrato Diniz para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa; aprovação - Indicação, feita pelo Sr. Governador do Estado, do nome da Sra. Vanessa Borges Brasileiro para o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG -; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; aprovação - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos Santos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimento nº 61/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 153/2003; aprovação - Requerimento nº 156/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 244/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 356/2003; aprovação - Requerimento nº 382/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apreciaremos, neste momento, algumas indicações do Governo do Estado para cargos vagos em autarquias e órgãos importantes.

Chamo a atenção, em especial, para a indicação do Sr. Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER.

Na semana passada, solicitamos do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, a suspensão dessa indicação até a reunião de hoje à noite, pois gostaríamos de conversar com o Sr. Luiz Chaves a respeito da situação difícil e dramática por que passa o Norte de Minas com relação às invasões de terras. Estivemos com o Sr. Luiz Chaves, conversamos longamente com ele, mostramos nossa preocupação em relação àquela região, quando observamos anúncios de que algumas terras seriam invadidas, como efetivamente está ocorrendo. Chamamos sua atenção para a invasão da reserva legal do Projeto Jaíba, uma área de 30.000ha - área que deveria ser uma grande reserva florestal - em que hoje estão instaladas, fruto de invasões, cerca de 3 mil famílias. Trata-se de uma situação complicada, dramática e perigosa.

Anunciaram, também, a invasão de algumas fazendas próximas à cidade de Montes Claros, entre as quais a Fazenda Senharó, que é explorada e utilizada por seus proprietários, não tem nenhuma terra improdutiva. Infelizmente, essa fazenda foi invadida por mais de 500 famílias.

Então chamo a atenção para essa questão, Sr. Presidente, já que votaremos a indicação do Sr. Luiz Chaves, uma pessoa ligada ao Norte de Minas, militante do PT, com uma vivência muito grande nessa questão, que tem competência e idoneidade para assumir o cargo.

Gostaríamos que esse problema, que está ocorrendo no Norte de Minas, essa série de invasões, essas ameaças que estão se concretizando, possam ter, por parte do Governo do Estado, na pessoa do Sr. Luiz Chaves, que será oficializado no cargo de Diretor-Geral do ITER, na pessoa do companheiro Marcos Helênio, representante do INCRA, uma solução. Espero que possamos nos reunir de maneira ordeira, civilizada, séria para discutir o que está ocorrendo no Norte de Minas.

Não quero profetizar, mas gostaria de dizer, alto e som som, que, a persistirem os modelos de ocupação de terra no Norte de Minas, com anúncios antecipados de invasões de fazendas produtivas, acontecerá o pior.

Deve haver conflitos. Os proprietários de terras estão preocupados - não estou dizendo que estão se armando - e se preparando para as invasões.

Assim, apelo ao Governador Aécio Neves, na pessoa do Sr. Luiz Chaves, para que se desloque ao Norte de Minas, tão logo seja oficializada a sua indicação como Diretor-Geral, para servir como intermediador da situação entre os proprietários de terras, os invasores, o MST, a Liga Operária Camponesa e a Liga Operária Pobre, para que se chegue a um consenso, a um bom acordo. Existem muitas terras no Norte de Minas que podem fazer parte da reforma agrária do Governo do Estado e do Governo Federal. O que não é admissível é que fazendas produtivas continuem sendo invadidas apenas para perpetuar ou para fortalecer os movimentos que se instalam nelas.

Por último, apelo à RURALMINAS, à CODEVASF e ao Governador Aécio Neves para que resolvam, com urgência, a questão das 3 mil famílias que invadiram as reservas legais do Projeto Jaíba. Isso está inviabilizando a implantação da segunda etapa desse Projeto, a empresarial. Há 40.000ha prontos para serem licitados e leiloados, para que, assim, se dê continuidade ao Projeto. Se persistirem essas invasões, se não for encontrada solução para as famílias invasoras, não haverá a segunda etapa, e veremos - Deus permita que não - sangue correr na região norte-mineira, uma vez que o conflito já está instalado. Lá os proprietários rurais não têm experiência de invasões, e estamos observando invasões criminosas sendo estimuladas por movimentos políticos. Portanto, a situação é dramática, séria e exige atenção especial dos Governos

Estadual e Federal.

Votarei na indicação de Luiz Chaves por conhecer a sua capacidade e a sua experiência, mas faço um apelo - e vou procurá-lo mais uma vez amanhã - para que se desloque ao Norte de Minas junto com o companheiro Marcos Helênio, para resolver ou encaminhar a situação dramática que se instalou naquela região. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Votaram "não" 8 Deputados, totalizando 52 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Luiz Antônio Chaves para o cargo de Diretor-Geral do ITER. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Votaram "não" 7 Deputados, totalizando 53 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Ivan Alves Soares para o cargo de Diretor-Geral do DETEL. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Votaram "não" 6 Deputados, totalizando 55 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Néelson de Andrade Reis para o cargo de Diretor-Geral do DEOP. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Votaram "não" 9 Deputados, totalizando 56 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Wallen Alexandre Medrado para o cargo de Diretor-Geral do IDENE. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome da Sra. Ângela Maria Carrato Diniz para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa . A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo

secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados. Votaram "não" 8 Deputados, totalizando 56 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado da Sra. Ângela Maria Carrato Diniz para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome da Sra. Vanessa Borges Brasileiro para o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Votaram "não" 11 Deputados, totalizando 55 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome da Sra. Vanessa Borges Brasileiro para o cargo de Presidente do IEPHA-MG. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Votaram "não" 10 Deputados, totalizando 56 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do IEF. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Ilmar Bastos Santos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255 do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pastor George - Paulo Cesar - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "Sim" 45 Deputados. Votaram "Não" 11 Deputados, totalizando 56 votos. Está, portanto, aprovada a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 61/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre as compensações tributárias realizadas no Estado no período de 1º de janeiro de 1998 até esta data. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam

como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 61/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 153/2003, do Deputado Rogério Correia, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda sobre a eventual ausência dos repasses obrigatórios de julho a dezembro de 2002 e do ano de 2003 dos créditos devidos pelo Executivo ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e ao Instituto dos Servidores Militares de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 156/2003, do Deputado Chico Simões, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações sobre os motivos que têm levado esse órgão a deixar de fazer o pagamento aos hospitais credenciados pelos serviços prestados. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 156/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 244/2003, da Comissão de Saúde, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações sobre a existência de portaria, norma legal ou outros critérios usados para selecionar os hospitais e prestadores de serviços para receberem o pagamento dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, em detrimento de outros que não receberam. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 244/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 356/2003, do Deputado Irani Barbosa, em que solicita ao Presidente do SERVAS a relação dos bens e valores arrecadados pela campanha Minas Solidária, sua contabilização e distribuição. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 382/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas o envio a esta Casa das informações que especifica, referentes à estrutura administrativa do Tribunal e dos trabalhos realizados pelo referido órgão desde o ano de 2000. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 382/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 306/2003, que recebeu emenda e substitutivo na reunião ordinária de hoje à tarde e foi devolvido à Mesa para receber parecer.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Solicito a V. Exa. que leia a ementa do Projeto de Lei nº 306/2003.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Rogério Correia que se trata do projeto que fixa o vencimento do Governador do Estado, do Vice-Governador e dos Secretários. Como recebeu emenda e substitutivo, retorna à Mesa para receber parecer.

O Deputado Rogério Correia - Qual o prazo regimental para a Mesa apresentar parecer a esse projeto?

O Sr. Presidente - A Mesa tem 10 dias.

O Deputado Rogério Correia - Tivemos reunião da Bancada do PT, e informo-lhes que estamos interessados na votação do salário do Governador. Se aprovada, a emenda à Constituição enviada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva estipula teto salarial tanto para os membros de Poderes como para os servidores públicos. A partir de agora o salário do Governador - esperamos que a emenda do Presidente seja aprovada no Congresso Nacional - passará a ser o teto salarial no Estado. Então, aquilo que o Governador apresentou como "marketing" político, como gesto de efeito - para não usar palavra mais forte -, transforma-se em algo verdadeiro graças ao gesto real do Presidente Lula ao fixar um teto, que passará a ser de R\$10.500,00 a partir da votação do Projeto de Lei nº 306/2003 e da emenda à Constituição.

A Bancada do PT discutia a questão anteriormente: se concordávamos com o salário de R\$10.500,00 para o Governador ou se deveria ganhar como Presidente da República: R\$8.800,00. Uma vez que agora é teto, decidimos que não faremos mais emenda da Bancada, a não ser as que já existem. Simplesmente votaremos, como é desejo do Governador, que seu salário seja de R\$10.500,00.

Ou seja, a partir da aprovação da emenda do Presidente Lula, nenhum funcionário da Casa ganhará mais de R\$10.500,00, contados o tempo de serviço e as gratificações pessoais. Nenhum Juiz, Promotor, Fiscal de Renda, ninguém mais ganhará acima do teto. Até que enfim teremos um teto salarial nacional.

Parabenizo o Presidente Lula pela sua coragem. Depois de oito anos de enrolação do Governo Fernando Henrique, Lula manda para o Congresso um teto real, nada gestual, nenhuma demagogia.

Parabenizo também o Governador Aécio Neves, que, embora, sem saber, estabeleceu um subteto real de R\$10.500,00 para o Estado. Parabenizo os dois governantes por, finalmente, discutirem o teto salarial estadual e nacional.

Desde já, em nome do PT e do PC do B, cobro e continuarei cobrando agilidade da Mesa: que faça, em menos de 10 dias, o projeto retornar à pauta, para estabelecermos, de uma vez por todas, um subteto real para Minas Gerais.

Até que enfim um Presidente corajoso encarou a discussão do teto no Brasil e vai finalmente acabar com os marajás.

O Deputado Alberto Bejani - Admiro a eloquência do Deputado Rogério Correia, porém acho estranho que, quando o gesto parte do Presidente da República, é determinado e maravilhoso, mas, quando parte do Governador do Estado, é demagogia. Engraçado, não?

Antes que o Presidente o fizesse, o Governador de Minas diminuiu seu próprio salário e o dos Secretários, além de proibir viagens dos Secretários, para conter os gastos do Estado. Evidentemente, nada disso é maravilhoso.

Poderíamos falar que, antes mesmo de acabar com a fome no País, o Presidente todo domingo faz um farto churrasco na Granja do Torto, com carne vinda até do Rio Grande do Sul. Batem peladas, um quebra o bracinho, outro quebra a perninha. Mas disso não nos interessa falar. Queremos apenas que Lula faça um grande governo.

Votei no Lula, aliás, em S. Exa. o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi dele meu voto no primeiro e segundo turnos.

Não entendi a colocação do "São" Rogério, desculpem-me, do Deputado Rogério Correia em relação ao Governador do Estado. Afinal, vejo os dois governantes sempre juntos em solenidades, conversando, mostrando que estão integrados e que Minas e o Brasil podem crescer lado a lado. E, agora, vem meu ilustre professor Rogério Correia - já disse várias vezes e repito que é meu professor - fazer críticas ao Governador e elogiar o Presidente.

Entendo que Lula, a partir de sua posse, já não é mais o Lula do PT, mas sim o Presidente da República do Brasil, assim como Aécio não é mais o Aécio do PSDB, mas Aécio Neves, Governador de Minas Gerais. O mesmo acontece com o Vice-Presidente José de Alencar.

Posso dizer, com toda a tranqüilidade, que confiamos que o Governo Federal, daqui a quatro anos, estará mostrando novo Brasil, e o Governo Estadual, nova Minas Gerais. É um jovem cheio de vigor, querendo fazer um grande governo. E, sem dúvida, o fará.

Acredito que daqui a quatro anos, Luís Inácio Lula da Silva não irá buscar reeleição. Pela competência que tem demonstrado, fará tudo que tem de fazer em quatro anos e, naturalmente, teremos um candidato do Governo de Minas, que sairá aplaudido por todos nós pelas posições que tem tomado.

Estamos felizes hoje, nesta Casa, por saber que Deus sabe o que faz, nenhum tropeço, caímos para trás. Vamos sempre para frente, pois nos tiraram o PFL, fomos para o PL. Estamos felizes porque hoje "estamos" companheiros tanto do PT como do PC do B. Hoje, até em homenagem, estou de gravata um pouco avermelhada para mostrar, de coração, que torço pelo sucesso de Lula em nosso Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, queria destacar que o PT já não é o mesmo, porque nosso Líder, Rogério Correia, iniciou seu pronunciamento criticando o Governador e terminou elogiando-o pela decisão. O PT já não é aquele que só falava mal. Bom sinal para o Brasil.

O PT está na fase paz e amor. É importante destacar a boa relação que vive hoje o Governador Aécio Neves com o Presidente da República, que se tornou evidente na inauguração da exposição em Uberaba, em que V. Exa. estava presente.

Também é importante destacar que, em relação ao teto, o Governador Aécio Neves saiu na frente, pois, no início de seu Governo, propôs que fosse fixado um teto. Isso é importante porque o teto que ele fixou é exatamente o que o Presidente da República apresentou na emenda à Constituição. De início, foi defendido pelo PT que fosse de R\$8.000,00. Hoje, o Governo Federal apresenta uma proposição igual à do Estado de Minas Gerais, em que propõe um teto de R\$10.500,00.

A iniciativa do Governador Aécio Neves não foi populista e foi seguida, em âmbito federal, pela correção de sua decisão. Aliás, o Governo de Minas vem saindo na frente, como no lançamento do Programa Primeiro Emprego em Minas e do programa de segurança pública, que é modelo para o Brasil. O Governo Federal está implementando o Fome Zero que, tenho certeza, dará certo, mas precisa também dar continuidade às ações implementadas nas várias áreas em que o Brasil precisa delas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, como acredito que estamos sendo vistos por uma parcela da população de Minas, apesar de toda ineficiência e incompetência da TV Assembléia, acho que temos de colocar essa discussão em um marco bem claro. Primeiro, o Governador Aécio não apresentou o subteto estadual - porque ele não tem competência para isso - antes da definição do teto federal. Ele reduziu seu salário, o do Poder Executivo e o de seu secretariado.

Fora da questão da motivação, é bom que se tenha claro que, como manda a Constituição Federal, o teto federal teria de ser apresentado pelos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Como havia contradições quanto ao Poder Judiciário, o Presidente Lula tomou uma sábia decisão, ao mesmo tempo responsabilizando o Poder Judiciário. A polêmica maior era travada em relação ao STF.

O Presidente Lula encaminhou uma emenda ao Congresso dizendo que o teto será estabelecido pelo maior salário, a ser definido com os quinquênios pelo STF, de alguma forma atribuindo ao Supremo responsabilidade na definição desse teto e estabelecendo uma regra bem clara de jogo. Só que, nessa mesma emenda, o Presidente da República diz que serão estabelecidos os subtetos no Estado, que não poderão ultrapassar o salário do Governador do Estado.

Essa definição é bastante clara: se o salário do Governador for de R\$10.500,00, esse valor será estabelecido como subteto para Minas Gerais. Queiramos ou não, isso gera enorme discussão a respeito dos salários dos Deputados, implicando redução, porque conforme a emenda do Presidente Lula, todos os penduricalhos entram na definição do teto, como os quinquênios, no caso do STF. Entrariam, também, até as diárias dos Deputados de Minas Gerais, à exceção da verba indenizatória, que tem comprovante imediato. Portanto, há discussão mais complexa a ser feita.

Devemos esclarecer essa questão, que valerá para os servidores da ativa e aposentados. Essa discussão diz respeito diretamente à vida de muitos servidores do Executivo, da área da Fazenda e de alguns outros setores, da Procuradoria do Estado e do Legislativo.

Se o salário do Governador é o teto, estabelecido pela emenda à Constituição, o correto seria esperarmos a definição do teto federal e depois discutir isso. A questão não é o fato de o Governador haver se antecipado ou não, porque foi Presidente da Câmara Federal durante dois anos, um dos Poderes responsáveis pela apresentação do teto, mas não fez qualquer movimento nesse sentido. Deputado Alberto Bejani, esses são os fatos. Agora, vem outra questão: o Governador poderá estabelecer o seu salário, que definirá o teto estadual, sem a participação dos outros Poderes? Essa é a discussão. A Mesa precisa meditar sobre isso.

A Bancada do PT decidiu que votará o projeto do Governador se os Deputados da base governista o desejarem. Mas temos de levantar todas essas questões, a fim de ficar bem claro o que está em jogo. Isso é fundamental. Aproveito para anunciar que a nossa bancada, em reunião

realizada nesta noite, decidiu votar contra as contas do Governador Itamar Franco. Nos próximos dias, apresentaremos as razões que nos levaram a essa decisão. São aspectos graves que iremos expor, amanhã, na comissão e, posteriormente, no Plenário.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, nesta manhã, fiquei bastante confuso ao ler os jornais, porque julguei que lia os jornais da época dos Governos Geisel e Figueiredo. Depois, verificando a data, vi que eram de 6/5/2003. Segundo a reportagem, o BNDES acena com a possível criação da AEROBRA. Fiquei surpreso, porque o nosso Presidente acusava Fernando Henrique de financiar a privatização em massa das empresas do País à custa do BNDES. Agora, o BNDES será sócio da VARIG e da TAM.

No Governo de FHC foram gastos cerca de US\$2.000.000.000,00 com o projeto SIVAM, cujo objetivo é a vigilância aérea da Amazônia, ou seja, o patrulhamento do seu espaço aéreo.

O pessoal se senta à frente da tela de radar e fica assim: "Passou um avião, levando arma para vender na Colômbia, e outro está voltando, com droga, mas não há caça para derrubá-los". Não há dinheiro para comprar aviões que patrulhem o Brasil, a Amazônia, mas o há para o bolso das empresas.

A VARIG é uma fundação e, sabemos, empresa de corrupção. Não há dinheiro que a salve, porque toda verba será usurpada pelos administradores de fundos, que já conhecemos. V. Exa. veja a incoerência em que vivemos. Hoje, surpreendi-me, achei que era um Governo da ditadura, porque é mais da elite do que do povo, porque tira o dinheiro dos que não têm para colocar no bolso dos corruptos. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Há muito não vejo esta Casa com tantos Deputados em Plenário, após a votação. Essas discussões de início de semana são produtivas. O PDT também votará, como os companheiros do PT, favoravelmente ao projeto. Sabemos dos penduricalhos que haverá posteriormente. O Deputado Durval Ângelo fez apreciação sobre a TV Assembléia, que criamos há quatro, cinco anos. Precisamos modernizá-la, como ocorreu na ocasião em que o Deputado Anderson Aduato era Presidente. Desde então, pouco mudou.

Espero, de cadeira, as denúncias do PT em relação às contas do Governador Itamar Franco. O PT foi Governo por bom tempo, ao lado de Itamar Franco; deve ter muito o que esclarecer, considerações que muitos ainda não tiveram coragem de fazer. Acontecimentos que vêm desde o início do Governo, na Secretaria de Saúde, na Loteria e em outros órgãos.

Quando se fala que Lula fará, que Lula quer teto, quer isso, estou pagando para ver, como a diminuição dos salários dos que têm direito adquirido, de Promotores, de Juizes, de Deputados, quero ver, vamos esperar na justiça. Estou como os telespectadores que agora nos assistem, ou seja, de cadeirinha, com um saco de pipocas, aguardando os acontecimentos.

Hoje, vemos o PT dizer que o Presidente está resolvendo o problema do teto salarial. "É o Presidente Lula da Silva", conforme ouvi do companheiro Rogério Correia. "É o Presidente que teve coragem e vai diminuir." Quero ver se terá a mesma coragem amanhã. Se não der certo, vai dizer que o Presidente quis, mas que o Judiciário, o Congresso e a Assembléia atrapalharam? Não, quero ver. Pedirei a fita, assim como fiz com o Deputado Irani Barbosa, naquela tribuna, quando falou do Judiciário. Guardarei a fita do Deputado Rogério Correia levantando os dois dedos, naquele microfone, e dizendo que o Presidente Lula resolverá a situação.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, todos nós, desta Casa, e o Brasil inteiro temos torcido para que o Governo Lula dê certo, para que este País encontre o rumo do desenvolvimento e de maior justiça social. Mas, acima de tudo, nós, do PSDB, temos tido a tolerância de ver e, de certa forma, calar, para não sermos mal interpretados, incoerências gritantes. Fomos rotulados de forma agressiva, de neoliberais, que queriam um salário de fome para o trabalhador brasileiro, como aqueles que não se sensibilizavam com a realidade do Brasil e que só se entregavam às ordens do FMI. Hoje vemos um Governo ser aplaudido, de pé, pelo PT, por aprovar um salário mínimo de R\$240,00, um Governo que consegue não apenas manter os juros altos, mas aumentá-los, um Governo que se preocupa em seguir a cartilha do FMI até nas políticas públicas sociais, para não haver risco de perder o controle da economia. E temos ficado calados, porque desejamos o êxito do Presidente Lula, porque acreditamos que esteja bem-intencionado, procurando acertar. O que é surpreendente, e aí não podemos nos calar, é que os que querem aplaudir o gesto do Presidente de estabelecer um teto venham agora dizer que o Governador Aécio Neves só quis fazer demagogia e que poderia ter aprovado o teto enquanto Presidente da Câmara. Mas se esquecem de que, quando se fala que houve oito anos do famigerado FHC, houve também oito anos de obstrução sistemática do PT, que deu literalmente o nó que hoje quer desatar. Deram nó não só no Congresso, mas no País, não permitindo a votação das reformas previdenciária e tributária. Diziam ser um absurdo, reforma dos neoliberais, para pesar em cima do trabalhador. Agora a reforma é verdadeira, correta. Essa mesma situação nos assombra quando vemos o Presidente da República dizer que, na condição de Oposição, poderiam fazer bravatas, mas depois teriam de pensar melhor no que iam dizer, porque teriam o dever de cumprir como poder. O pior é ver o Presidente da Câmara dizer que votavam contra não por não acreditar que era bom para o País, mas porque queriam ganhar o poder, inviabilizar o País. E, agora, vemos a clara distorção entre o que é bom para Minas, entre o que é defender Minas Gerais e o que é bom para um partido ou para ganhar uma eleição daqui a três anos. Isso ocorreu no cenário nacional, ou seja, fez-se um discurso contra tudo e contra todos para ganhar a eleição. Em Minas, já entramos nesse tempo, já estamos subindo ao palanque. Tudo que for do Governador Aécio Neves é demagogia, é "tesoura". O mesmo PT que entrou na justiça para proibir o Presidente Fernando Henrique de fazer propaganda para tentar sensibilizar a opinião pública para as reformas hoje usa o dinheiro público para fazer propaganda em prol das reformas. Será que o telespectador que nos assiste pela competente TV Assembléia não vai fazer uma reflexão para avaliar que há alguma coisa errada?! De repente, tudo de ruim acontecia no Governo Federal. As coisas não mudaram, mas hoje é tudo bom. No Governo Estadual, tudo é ruim para as mesmas pessoas. Há um detalhe mais curioso ainda: tenho visto Ministros do Presidente Lula e o próprio Presidente virem a Minas Gerais aplaudir o Governador Aécio Neves, mas, certamente, não pretende disputar a eleição para Governador de Minas. Creio que nem seus ministros, na ampla maioria, pretendem disputar eleição para Governador. O discurso da Bancada do PT destoa, querendo agredir o Governador de Minas, colocar defeito em tudo, até em sua atitude séria e ética ao propor teto salarial para o Estado. Portanto, fica minha decepção com essa política sem coerência.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, o eixo deste debate está nas palavras do Deputado Rogério Correia, referindo-se ao ato do Governador Aécio Neves, usando um eufemismo, como um ato demagógico, quando remeteu a esta Casa o projeto do teto e do subteto salariais em Minas Gerais. O Deputado Rogério Correia esquece-se de que o ato do Presidente Lula é superveniente ao do Governador Aécio Neves. Não só o é, como o ato do Governador Aécio Neves, ao contrário do que disse o Deputado Durval Ângelo, não é inconstitucional. Inconstitucional é aquilo que contraria texto expresso da Constituição Federal, e o ato do Governador Aécio Neves de remeter o projeto à Assembléia Legislativa não contraria a Constituição Federal nem nenhuma lei complementar, tampouco lei federal. O assunto, aliás, foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça, com juristas eméritos de Minas Gerais, e a maioria entendeu que não era inconstitucional. O jornal do Sindicato da Saúde, aliás, fez uma notável publicação no mesmo sentido.

Foi dito também, aqui, por Deputados do PT, que o Governador Aécio Neves foi Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e poderia, é verdade, ter apresentado projeto semelhante àquela época. Só que os Deputados do PT se esqueceram de que também o Presidente Lula foi Deputado Federal e que poderia também, na mesma época, ter apresentado o projeto, mas não o fez. Isso não foi lembrado aqui!

Aécio Neves, como Governador de Minas, deu exemplo para o Brasil. Não há dúvida quanto a isso. Deveríamos defender a posição dele aqui, por ser de Minas Gerais, e não condená-la.

Se for aprovado o projeto do Presidente Lula na Câmara dos Deputados, e havendo disposição expressa de que os Estados adotarão subtetos

até a quantidade "x", aí, sim, qualquer lei estadual será inconstitucional, pois estará contrariando o princípio da hierarquia das leis. Até agora isso não ocorreu. O que houve foi a iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, com a superveniência do ato do Presidente Lula, que foi uma cópia do ato do Governo de Minas. Portanto, ninguém pode tirar esse mérito de Minas e do Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou aqui há bastantes dias pensando sobre a criação do teto. Entendo que tudo é demagogia.

Quando se fala em teto para o trabalhador, pergunto aos Deputados, àqueles que hoje dirigem o nosso Estado: "como será a vida de um Secretário da Fazenda, que foi requisitado de um alto nível profissional do Brasil para vir a Minas Gerais cuidar de um orçamento de R\$15.000.000.000,00, ganhando R\$5.000,00 líquidos por mês?". Como ficarão os cientistas brasileiros, trabalhando em pesquisas importantes, ganhando R\$5.000,00 por mês? Como um Governador sobreviverá com R\$5.000,00, uma vez que ele tem moradia fora do seu palácio? Como ficarão os profissionais que trabalharam no Estado ganhando R\$5.000,00 por mês? Então, vejo que tudo isso é uma demagogia.

Lembro, aqui, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que foi o último caçador de marajás; e deu no que deu.

O Brasil não pode nivelar suas cabeças pensantes por baixo, como quer a maioria! Por que por baixo? Temos que discutir, sim, o teto da aposentadoria, mas precisamos também discutir a possibilidade de o trabalhador, que exerce o seu trabalho tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, ter um bom salário. Não podemos admitir esse absurdo.

Pergunto àqueles que defendem, em Minas Gerais, o teto de R\$10.500,00, cujo salário líquido será de R\$5.500,00, como uma pessoa sobreviverá? Como sobreviverão o Secretário da Fazenda e o de Desenvolvimento Urbano, por exemplo, que vieram de fora? É preferível trabalhar de graça ou viver de demagogia, porque com R\$5.500,00 não conseguem fazer a própria despesa, muito menos pagar o hotel em que se hospedam enquanto estão em Minas.

Portanto, precisamos ter coragem para discutir essa questão. É preciso deixar de lado a hipocrisia para discutir os salários dos homens públicos, que precisam ser bem remunerados para exercer de forma independente suas profissões. Sabemos que há distorções, mas não pode ser somente nessa linha a discussão. O Brasil já discutiu isso e perdeu um Presidente, Fernando Collor.

Por tudo isso, devemos ter cuidado, deixar a demagogia de lado e pensar que as pessoas que ocupam cargos importantes no Estado e que vão cuidar da vida dos cidadãos brasileiros e mineiros devem receber bons salários. Caso contrário, como sobreviverão? Gostaria que os técnicos do Governo que estão fazendo essa proposta explicassem, porque, às vezes, não estou tendo capacidade intelectual para fazer tal análise. Como uma pessoa que vem de fora para exercer um cargo importante vai ganhar R\$5.000,00 por mês? Se não está sendo remunerado condignamente, alguém o está remunerando por fora. Não podemos aceitar que as pessoas finjam que ganham um salário e ganham outro por fora, de pessoas que não nos interessam.

Essa discussão é importante, e Lula também precisa fazê-la. Lula também é Presidente do PT e não pode aceitar que os salários sejam abaixados. Não podemos ser uma classe baixa, em que todos ganham pouco. Os salários devem ser diferenciados, porque as pessoas são diferenciadas.

Alerto esta Assembléia: precisamos discutir com cautela, não para agradar Lula ou Governador, mas para adequar a discussão à realidade. Como sobreviverão as cabeças pensantes do Brasil ou de Minas Gerais ganhando R\$5.000,00 por mês? Deixo essa indagação para podermos tomar decisão mais acertada.

O Deputado Chico Simões - Primeiramente, temos que registrar que a proposta do Lula está dentro de uma realidade completamente diferente da que se propõe o Governador de Minas Gerais. Lula está propondo um teto entre R\$17.000,00 e R\$20.000,00 num País em que o salário mínimo é de R\$240,00. A quantia é exorbitante, mas é o que ganham os Ministros. Portanto, não será preciso abaixar os seus salários, o que seria inconstitucional. Mesmo assim, o teto, ao meu ver, dá dignidade e independência para qualquer pessoa que exerça função pública, seja de Ministro, Secretário, cientista. Esse salário permite não só que a pessoa tenha uma vida digna, mas principalmente que viva de maneira independente e prestando o melhor serviço à sociedade.

O contrário é o que está propondo o Governador. Se não é demagogia, é algo semelhante: abaixar o seu salário para R\$10.500,00. A sociedade que está nos vendo pela TV Assembléia tem que entender que, no orçamento, esse mesmo Governador tem, como verba de gabinete, algo em torno de R\$100.000,00 por mês para manter suas residências, suas idas e vindas e suas diárias. Isso ninguém comenta, e nesses R\$100.000,00 o Sr. Governador não mexeu. Portanto, é bom que a sociedade saiba que o Governador Aécio Neves tem certeza de que não vai viver apenas com R\$10.500,00.

Aliás, pela própria função e pelas despesas com que arca em seu dia-a-dia, é humanamente impossível para ele viver com R\$10.000,00, que, considerando o Imposto de Renda, caem para pouco mais de R\$5.000,00, R\$6.000,00. Não dá para o Governador ter uma vida digna com esse salário. Ninguém acredita nisso, nem o mais simples cidadão que esteja nos vendo ou que leu essa notícia na imprensa.

Mas o problema se complicou, porque a emenda à Constituição diz que o salário do Governador será teto para outros modelos. Aí há um nó. Não podemos escamotear essa discussão, por isso vou interferir também: Deputado, Promotor, Juiz e cientistas recebem verba de gabinete? Não. Portanto, precisamos discutir essa questão de forma mais séria, colocando a demagogia de lado.

Então, vamos abrir essa discussão, sem interesse partidário nem ideológico, para dar o melhor encaminhamento para Minas Gerais e para os trabalhadores e servidores, que é fundamental para que tenhamos uma prática democrática e todas as Secretarias funcionem de maneira condigna.

Agora quero me referir ao Deputado Irani Barbosa, que falou parte disso aqui. O que está escrito e saiu na imprensa hoje combina com a coerência do PT. Não estamos colocando dinheiro público ou emprestando para a iniciativa privada para estatizar e comprar outras empresas. Estamos simplesmente usando dinheiro público para estatizar a aviação civil, porque o modelo liberal já mostrou que é falido. Já devia para a INFRAERO, para o BNDES, para o Banco do Brasil, para a BR Distribuidora, empresas estatais das quais nada se cobrava. O que estamos fazendo é estatizando, porque acreditamos na competência do Estado. Quem dera nada tivesse sido estatizado neste Brasil. A situação seria completamente diferente.

Não poderia deixar de dar uma palavrinha também sobre o nosso colega, Deputado Domingos Sávio, que vem e "mete o cacete" no Lula e no Governo. Fala que nós, antigamente com 51 Deputados, inviabilizamos a reforma. Eles estão com 74; por que, então, não viabilizam tudo isso que ele criticou? Isso é incoerência. Crítica, mas está calado. O PT nunca inviabilizou nenhum procedimento do Governo Fernando Henrique Cardoso. Só éramos 51 em 500. Se as reformas não aconteceram, foi porque a base governista não quis.

Ele faz um discurso e tem outro procedimento. É bom para a sociedade entender que aquilo que o Fernando Henrique Cardoso quis foi alterar a

cultura do País: passamos a ter reeleição para Presidente, situação que há 500 anos não acontecia.

Então, com todo o respeito, incoerente é falar a mesma coisa e apontar defeito do PT. Vamos discutir com seriedade e colocar para fora as nossas dificuldades, mas vamos somar as nossas forças para construir um País melhor com Lula Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, falaram aqui sobre o problema da TV Assembléia, mas há muito, desde quando o Deputado Anderson Aduato presidia a Casa, ela vem se modernizando, atualizando-se e destacando-se.

Quero deixar bem claro que a TV Assembléia de Minas Gerais é exemplo e modelo para as TVs de todas as Assembléias do Brasil. Tivemos aqui, na última semana, Deputados de Assembléias do Norte, que vieram fazer uma visita para tentar viabilizar a TV Assembléia nos seus Estados. Posso afirmar, como jornalista, como radialista, que a TV Assembléia é exemplar. É uma TV que mostra qualidade. Tenho certeza de que todas as críticas são aceitas pela sua direção. A TV Assembléia já existe há seis anos. Essa modernização tem de acontecer.

Sr. Presidente, é com surpresa que ouvi o que o Deputado Durval Ângelo disse, mas depois entendi. Ele também colabora com a TV Assembléia, e todas as suas sugestões, até hoje, foram aceitas pelas direções da Casa e da TV. Então, repito para os Deputados novatos que a TV Assembléia é exemplo para todas as Assembléias do nosso Brasil e até mesmo para as TVs do Senado e da Câmara Federal. Conseguimos ensinar como se faz TV do Legislativo a todo o Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Quero somente esclarecer: o Deputado Chico Simões não me entendeu bem. Deixei claro que nós, do PSDB, por questão de coerência, temos não apenas desejado como também demonstrado claramente - como o Governador Aécio Neves fez, ao ir a Brasília - apoio às reformas. Em relação à colocação de que 50 ou 70 Deputados não podem obstruir e que por isso o PT não teria feito, o Deputado conhece bem o Regimento Interno desta Casa e o do Congresso Nacional e sabe que não se trata simplesmente de matemática elementar. Os cidadãos já sabem, até porque o PT, nesta Casa, de maneira democrática, conforme o Regimento prevê, tem estabelecido obstruções que têm gerado negociações saudáveis e que têm feito com que possamos buscar juntos o que de melhor possa ser feito para Minas Gerais.

Estou absolutamente tranqüilo com as palavras ditas pelo Deputado Chico Simões e faço alerta de que a sociedade está atenta a isso, está querendo soluções para o País, e não soluções para um grupo político apenas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Talvez seja o último e derradeiro manifesto em decorrência deste importante debate, neste momento conduzido por todos os Deputados do PT e da base governista.

Ouvindo atentamente o Deputado Bonifácio Mourão, ao trazer a esta Casa o posicionamento da sua comissão e o do Governador Aécio Neves, pude destacar a constitucionalidade de que aqui fossem discutidos os seus vencimentos. Quando se fala em demagogia é necessário analisar dois extremos: existe a demagogia política e aqueles que entendem o processo demagógico como um todo. Mas, nesse aspecto, quem foi eleito com soma extraordinária de votos, como o nosso Governador, em nenhum momento de palanque usou de qualquer atitude demagógica para considerar-se vitorioso no 1º turno. O seu comportamento em mais de 100 dias tem sido da maior retidão possível. Tanto isso é verdade que o Presidente Lula tem, em seus vários pronunciamentos, como fez recentemente em Uberaba, demonstrado, não somente a Minas, a conduta séria do Governador Aécio Neves. Nas discussões para as quais o Presidente Lula convocou os Governadores, Aécio Neves foi o comandante de todos os Governadores da base do PSDB e de outros partidos, para que não se furtassem a esse chamamento, numa ampla discussão sobre a Previdência ou sobre outros assuntos, como a reforma tributária.

Portanto, quando se fala em demagogia do Governador Aécio Neves, estamos diante de situação que requer reflexão profunda. No sentido legal, teve a coragem, a legitimidade e a maneira constitucional de enviar a esta Casa esse projeto. É bom que se diga que o Governador jamais fará qualquer ato demagógico em seu Governo. Aliás, isso nunca foi do seu feitio. Temos conhecimento público e notório de que, durante a sua condução firme na Câmara dos Deputados, em nenhum momento fez qualquer demagogia que pudesse gerar discussão em torno da defesa do parlamento federal.

Quero ressaltar essa situação, em uma posição muito confortável para todos nós da base governista, em ter o exemplo de Aécio Neves, apesar do pronunciamento de outros Deputados. Neste momento, quero reafirmar a confiança na conduta do nosso Governador. Não é necessário ato demagógico para buscar, requerer ou postular a esta Assembléia qualquer coisa que venha garantir o seu Governo, que, tenho a certeza, será um dos melhores do País.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, verifico, de plano, que não há número regimental para a continuação dos nossos trabalhos. Solicito o encerramento da reunião por falta de número regimental.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 7/5/2003

Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de pareceres: Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da FAOP; encerramento da discussão; inexistência de número regimental para votação; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; questões de ordem; existência de número regimental para votação; renovação da votação secreta; aprovação - Questões de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Questão de ordem - Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado; discurso da Deputada Jô Moraes - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Adélmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani -

Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ana Maria - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião as Indicações feitas pelo Governador do Estado dos nomes dos Srs. Luiz Antônio Chaves, Ivan Alves Soares, Néelson de Andrade Reis, Wallen Alexandre Medrado, Ângela Maria Carrato Diniz, Vanessa Borges Brasileiro, Humberto Candeias Cavalcanti e Ilmar Bastos Santos, respectivamente, para os cargos de direção do Instituto de Terras do Estado - ITER -, Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL -, Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP -, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE -, Fundação TV Minas-Cultural e Educativa, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN-MG -, Instituto Estadual de Florestas - IEF - e Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, em virtude da sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Requerimentos nºs 61, 153, 156, 244, 356 e 382/2003, também apreciados na referida reunião.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para votação, e solicita à Sra. Secretária que faça a chamada para a recomposição de quórum.

A Sra. Secretária (Deputada Marília Campos) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Portanto, há quórum para votação da matéria constante na pauta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, farei o encaminhamento da votação da indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, mas pediria à assessoria, já que não houve o encerramento da fase de discussão, para me inscrever para discutir a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema.

Não poderia deixar de encaminhar a votação da indicação do Prof. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto, antecipando meu posicionamento, assim como o da Bancada do PT, favorável a essa indicação por se tratar de pessoa altamente qualificada, de passado e presente irrepreensíveis. O Governador Aécio Neves fez uma brilhante indicação, que aprovaremos com muito gosto.

Gostaria de destacar o quadro hoje vivido por Ouro Preto, crendo que o Prof. Octávio Elísio enfrentará dificuldades na cidade. Recentemente, os Deputados das Comissões de Meio Ambiente e de Educação estiveram em Ouro Preto para discutir os problemas do incêndio ocorrido em casarão do centro histórico da localidade. Lá estive após o incêndio, encontrando-me com o Governador Aécio Neves, que também estava na cidade, preocupado com o acontecimento. No dia 21 de abril, comemorando mais um Dia de Tiradentes, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também esteve em Ouro Preto, quando anunciou um importante socorro de R\$12.000.000,00 para a cidade, confirmados com a ida do Ministro Gilberto Gil àquela localidade.

O Deputado Biel agora está na Comissão de Turismo, e é impressionante o descaso com Ouro Preto, a primeira cidade proclamada patrimônio histórico da humanidade no Brasil. Não recebe o menor cuidado por parte da municipalidade. Para se ter uma idéia, no dia do incêndio, o hidrante não funcionou. O Corpo de Bombeiros não tinha como utilizá-lo. A brigada voluntária contra incêndio não tem apoio nenhum nem do Governo do Estado nem da Prefeitura e, praticamente, não funciona, como depois constatamos em audiência pública em Ouro Preto.

Mais do que isso, não sei de quando data o sistema de fiação da cidade. O que existem são "gatos" e mais "gatos", gambiarras e mais gambiarras. Na verdade, depois do incêndio do casarão, mais dois aconteceram e foram sanados rapidamente, senão tragédias maiores teriam ocorrido em Ouro Preto. A fiação é antiga, e não há cuidado em se fazer uma manutenção ou modificação dessa fiação.

Então, é um patrimônio histórico da humanidade abandonado à própria sorte. O que aconteceu só não foi pior porque o Corpo de Bombeiros e a

população agiram com espírito cívico e isolaram o casarão do imóvel ao lado, que é exatamente onde funciona a Câmara Municipal de Ouro Preto. Não fosse isso, o fogo teria se alastrado pelos casarões afora, na praça onde fica a estátua de Tiradentes, onde é feita a entrega das medalhas e a comemoração do dia 21.

O desastre só não foi maior em razão da mobilização da população e do Corpo de Bombeiros, como disse. Mas, na reunião que realizamos lá, o sentimento era de impotência de uma cidade que via um casarão histórico do século XVIII pegando fogo sem ter condições de reação e com medo de que o incêndio se alastrasse para outros prédios do centro histórico de Ouro Preto. Essa é a situação em que hoje se encontra a cidade.

Com base nisso, apresentei requerimento para que a Assembléia Legislativa fosse até lá, por meio das Comissões de Educação e de Meio Ambiente. Realizamos uma reunião importante, tiramos algumas deliberações e levamos o apoio da Assembléia, tentando modificar esse quadro.

E é esse o sentido da minha fala de hoje. O Prof. Octávio Elísio é de lá e tem um grande conhecimento dessa situação. Foi Deputado Federal, com uma votação brilhante em Ouro Preto. Certamente poderá contribuir para que Minas Gerais tenha um cuidado maior para com o município. O Ministro Gilberto Gil também esteve em Ouro Preto e ficou encantado com a cidade, mas preocupado com a situação. Anunciou o apoio do Governo Federal, e a nossa expectativa é que esse quadro seja modificado.

Mas nós, nesta Casa, não podemos descuidar de cobrar dos Governos Federal e Estadual uma atenção especial para com Ouro Preto. Estou insistindo em falar em Governos Federal e Estadual porque, no que diz respeito à Prefeitura, já desistimos de que esta faça alguma coisa pela cidade. A Prefeita está em processo de "impeachment", a Câmara Municipal formou comissão processante. Ela conseguiu brigar com todos os partidos aliados. Para ganhar as eleições, fez uma aliança que reuniu alhos e bugalhos: PT, PDT, PFL, PPB, PC do B. Fez uma grande frente, coisa que não é comum. Juntou esquerda com direita, e era para salvar Ouro Preto.

A esperança era eleger uma Prefeita democrática que escutasse os anseios da população. Acontece que ela brigou com todos os partidos aliados, ninguém mais a apóia. O Deputado Alencar da Silveira Júnior foi uma das pessoas que a apoiou. Estive com ele nos comícios para pedir voto para ela. No primeiro dia de seu mandato a Prefeita brigou com o Vice-Prefeito, e ele nunca pôde entrar na Prefeitura. Depois, brigou com a Câmara. Hoje, está completamente isolada, não consegue fazer absolutamente nada. Não adianta fazer reclamações à Prefeitura, porque ela está isolada, o município não funciona, não consegue definir uma política para a preservação do patrimônio histórico. Se a Prefeitura de Ouro Preto, cidade que vive do turismo, da preservação do patrimônio histórico, do aspecto cultural, não consegue ter uma política para preservar o seu patrimônio histórico, então, o que vai acontecer? A Prefeitura não consegue formar um grupo coeso em torno da defesa de Ouro Preto. Por isso, insisto em que o Governo do Estado tenha um carinho especial pela cidade, pois, se depender da Prefeita, nada vai acontecer.

Nesse sentido, nossa expectativa com relação ao Prof. Octávio Elísio é muito grande, porque é uma pessoa que tem sensibilidade, conhecimento e cultura. Sem sombra de dúvida, essa foi uma das indicações mais importantes feitas pelo Governador Aécio Neves, a quem parabenejo pela escolha. Isso demonstra que a oposição que fazemos aqui não é como alguns entendem: que não aplaude gestos corretos do Governo. Uma escolha como a do Prof. Octávio Elísio merece o nosso aplauso e o nosso respaldo.

Mas é claro que, como Oposição, não podemos nos esquecer de outras medidas. Preocupa-nos muito esse pacote que o Governador Aécio Neves tem anunciado acerca do funcionalismo, embora tenha se negado a dizer que o faria. Aliás, ele brigou com o Vice-Governador Clésio Andrade, que falou para a Assembléia sobre esse pacote quando Aécio se encontrava nos Estados Unidos. Disse que estava se precipitando. Agora, a notícia é que o pacote está vindo. Parece que o Vice-Governador tinha razão, ele já estava sendo preparado.

Deputado Alencar da Silveira Júnior, peço o seu testemunho sobre o caos de Ouro Preto. A nossa esperança é que o Prof. Octávio Elísio nos ajude na situação de catástrofe em que se encontra o município. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a indicação.

- Procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 22 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, vou encaminhar favoravelmente, mas não poderia deixar de tecer alguns comentários sobre a fala do Deputado Rogério Correia, enquanto outros Deputados chegam ao Plenário e se completa o quórum. O Deputado falou a respeito do caos em que se encontra a cidade de Ouro Preto, e já abordei o assunto várias vezes nesta Casa. A insatisfação ali é muito grande. Acho que o Octávio Elísio vai ter muito trabalho, porque não conta com a colaboração da Prefeita. O Deputado Rogério Correia falou sobre o incêndio do casarão, culpando o Governo do Estado. Mas acho que o Governo tem até algum mérito, porque, com todas as dificuldades, mantém sozinho, sem parceria com a Prefeitura, uma guarnição do Corpo de Bombeiros. Quero deixar bem claro que considero a Prefeita a maior culpada de tudo.

No dia da reunião, eu disse que o irmão da Prefeita, segundo o jornal "Estado de Minas", logo após o incêndio, foi pego colocando fogo em documentos da Prefeitura em uma mata perto de Ouro Preto. Estou dizendo e repito: quando a coisa está descambando como está acontecendo em Ouro Preto... A próxima casa a pegar fogo será a da Prefeitura. Para esconder suas falcaturas, a Prefeita vai incendiar a casa da Prefeitura. O arquivo da Prefeitura já começou a ser incendiado. Aos pouquinhos, estão queimando os documentos da Prefeitura. Temos que nos lembrar de que o jornal "Estado de Minas" flagrou o irmão da Prefeita colocando fogo em documentos. O próximo incêndio será na Prefeitura. A situação lá é caótica, é séria. Além do mais, todo o apoio é dado pela Corporação Independente do Corpo de Bombeiros da cidade de Itabirito, próxima a Ouro Preto. A Prefeita não ajuda em nada.

O Octávio Elísio vai ter trabalho, porque não contará com a colaboração da Prefeitura. Estou preocupado porque o Presidente Lula vai destinar verbas para a conservação do patrimônio e esses recursos vão sumir, como outros. Foi liberada uma verba da COMIG no ano passado para a duplicação da rodovia no trecho de Amarantina. Não fizeram nada, e a verba já acabou. Concorro com a fala do Deputado Rogério Correia no que diz respeito à Prefeitura, mas acho que o Governo do Estado, com todas as dificuldades, está fazendo alguma coisa.

Também falei naquela audiência sobre a causa da falta de aparelhamento do Corpo de Bombeiros. Lembrava que o Deputado Durval Ângelo, juntamente com o Deputado Anderson Aduino, conseguiu um convênio fora, uma doação de carros para o Corpo de Bombeiros, mas o Sr. Itamar Franco deu piti, achou que os Deputados estavam passando por cima dele e não aceitou.

Foi aí que começou a briga toda. Parte do caos que está instalado no Corpo de Bombeiros é devido à falta de atenção do Sr. Itamar Franco, que, na época, brigava com esta Casa, com Anderson Aduino e com todas as iniciativas deste parlamento.

O Governo hoje faz sua parte, apesar de toda a dificuldade e falta de aparelhamento do Corpo de Bombeiros. Mas a Prefeita Municipal de Ouro Preto, D. Marisa Xavier, do PDT, vem hoje mostrando falta de postura na administração do bem público e de atenção, principalmente com o patrimônio histórico.

Foi muito feio a população de Ouro Preto colocar faixas escritas "Fora Marisa". É vergonhoso para o meu partido ter uma Prefeita como Marisa Xavier. Esta Casa vai receber a documentação, porque ela não a envia para a Câmara Municipal de Ouro Preto. Vereadores não estão tendo a atenção da Prefeita. Acho que esta Casa tem de ajudar aquela Câmara Municipal a resolver o problema de Ouro Preto, definitivamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, fizemos a votação e foi constatada presença de 22 Deputados, portanto não há quórum nem para votação nem para discussão da matéria. V. Exa. deveria ter terminado a reunião naquele instante. Não sei por que não agiu assim. A reunião passou a funcionar com 22 Deputados, portanto sem quórum. Já naquela hora, pedi a V. Exa. que a reunião fosse encerrada, quando o Deputado Alencar da Silveira Júnior solicitou questão de ordem e V. Exa. deu a palavra a ele, já sem quórum. Aliás, o Deputado Alencar tinha me pedido para encaminhar a votação. V. Exa. não deu a palavra a ele para encaminhar a votação. Outros Deputados querem encaminhar a votação, como o Deputado Biel. Peço a V. Exa. que, primeiro, responda por que não terminou a reunião, uma vez que só havia 22 Deputados presentes.

O Sr. Presidente - Nobre Deputado Rogério Correia, respondendo ao seu questionamento, por ocasião da votação, o painel registrava a presença de 13 Deputados em comissões.

O Deputado Rogério Correia - Faço o segundo questionamento. V. Exa. não anunciou naquele instante o número de Deputados em comissão. Ficou registrada a presença de 22 Deputados. Como nada estava registrado, no meu entender, a reunião continua sem quórum.

O Sr. Presidente - Os Deputados que estão em reunião de comissão entram na contagem do quórum do Plenário. Até pensei em encerrar as comissões e pedir que os Deputados viessem a Plenário, mas, regimentalmente, não há necessidade dessa ação. A Presidência verifica, de plano, a existência de número regimental para votação, e vai renovar a votação.

O Deputado Rogério Correia - Peço a V. Exa. que, ao fazer a votação, abra também o processo de encaminhamento de votação. O Deputado Alencar da Silveira Júnior havia solicitado encaminhamento, mas V. Exa. não lhe deu o direito. Além dele, também o Deputado Biel Rocha queria fazer o encaminhamento da votação. V. Exa. não poderia ter simplesmente colocado em votação, quando Deputados queriam fazer encaminhamento.

Peço, portanto, a V. Exa. que reabra o processo de encaminhamento.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Rogério Correia que neste momento não é possível o encaminhamento, uma vez que a matéria já foi submetida a votação. A Presidência vai renovar a votação e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Carlos Andrada - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Miguel Martini - Neider Moreira - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pínduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 25 Deputados; votaram "não" 2 Deputados, sendo computada a presença de 13 Deputados em comissões. Fica, portanto, aprovada a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, peço a reconsideração da proclamação do resultado, porque a reunião da Comissão de Direitos Humanos já terminou e está sendo considerada como em andamento. Os quatro Deputados que a estavam compondo estão incluídos nos 13 Deputados ausentes, no entanto, eu e outros membros estamos aqui há 10 minutos. Apenas o Deputado Célio Moreira está formando quórum em outra comissão, o que, aliás, é outro problema.

Antes da proclamação do resultado, pedi a palavra, pela ordem. Iria solicitar a V. Exa. que verificasse, por meio de seu visor, se, no auditório ainda não estava ocorrendo a reunião da Comissão de Direitos Humanos. Peço que o faça agora.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Durval Ângelo que não consta presença dos membros da Comissão de Direitos Humanos.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, estão sendo contados Deputados em dois locais, nas comissões e aqui. V. Exa. precisa respeitar o Regimento Interno. Não há condição de dar prosseguimento a uma votação desse tipo, mesmo porque havíamos anunciado a votação favorável, e, agora, se faz uma votação assim, apenas com 27 Deputados presentes e comissões em funcionamento ou não.

O que está contando são os que marcaram presença cedo nas reuniões. Muitos podem estar lá e estar aqui. O Deputado Durval Ângelo tem toda a razão. Marcaram quórum duplo. Queria ver o horário em que constam. Solicito a V. Exa. que verifiquemos se todos os Deputados que estão em comissão não estão aqui.

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia, a Presidência acatará seu pedido. V. Exa. pode se dirigir à Mesa para verificar os 40 Deputados presentes nesta votação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para protestar contra o que ocorreu na votação da indicação do Prof. Octávio Elísio.

Tínhamos solicitado fazer a discussão do processo. Fomos impedidos de fazer a discussão. Solicitei fazer o encaminhamento da votação. Ao fazer o encaminhamento de votação, logo depois, o Deputado Alencar da Silveira Júnior solicitou fazer o encaminhamento de votação, e V. Exa. deu início ao processo de votação sem dar a palavra ao Deputado.

Além do Deputado, vários outros Deputados do PT estavam para fazer o encaminhamento da votação. Portanto, esse encaminhamento não foi feito, foi abortado um processo, ferindo o Regimento Interno, não se dando a palavra àqueles que queriam encaminhar a votação. Feito e apurado o resultado, contradizendo o Regimento Interno, usou-se o art. 126, colocando-se todos os Deputados em comissões, inclusive os do PT, que estavam em comissões e que, evidentemente, não deveriam contar para o quórum. Usou-se, portanto, um artigo, que é regimental, sem sombra de dúvida, mas que não espelha a vontade da maioria que estava aqui.

Quero protestar contra isso. Houve uma quebra do Regimento Interno. Solicito a V. Exa. que renove o processo de votação do Prof. Octávio Elísio. Nosso posicionamento é favorável à aprovação. A Bancada do PT não votou. Foram apenas 25 votos quando poderia ter sido uma votação consagrada, mas isso não ocorreu porque a Presidência não permitiu que o processo de encaminhamento fosse feito.

Sr. Presidente, pediria a V. Exa que reabrisse o processo de encaminhamento de votação que já foi solicitado.

Solicito também que toda a Bancada do PT se inscreva para fazer o encaminhamento da discussão sobre a indicação do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema. Vamos, a partir de agora, fazer a obstrução, porque não confiamos em que a Mesa vá promover um processo democrático de discussão.

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discuti-la, a Deputada Jô Moraes.

A Deputada Jô Moraes* - Sr. Presidente, sou porta-voz do apoio do Deputado Alencar da Silveira Júnior ao nome indicado pelo Governador Aécio Neves.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer do meu total apoio ao nome de Octávio Elísio Alves de Brito, que é um homem que vem das histórias da resistência democrática. Compartilhei com ele períodos de renovação da Secretaria da Educação. É um homem sensível, de letras e que conhece Minas muito bem. Quero fazer essa ressalva porque não tive oportunidade de encaminhar a votação.

Caro Presidente, antes que V. Exa. me enquadre, já que estamos numa história do País em que as opiniões muitas vezes são enquadradas, para que eu discuta o assunto, quero dizer do meu total apoio à indicação do nome de Mauro Werkema para a Fundação Clóvis Salgado. Digo isso por razões absolutamente conseqüentes da história e da prática de Mauro Werkema. Ele é um homem estudioso e um acompanhador da história cultural de Minas Gerais e tem uma ligação com a cidade de Ouro Preto, fazendo umbilicalmente esse resgate, como o nosso ex-Secretário Ângelo Osvaldo, do coração da história de Minas, que é a história de Ouro Preto.

Mauro Werkema é dessas figuras que trazem na sua memória uma acumulação da percepção da herança cultural dessas Minas Gerais, que tem uma pluralidade imensa, das Minas Gerais do barroco de Ouro Preto, do barro do Jequitinhonha, da modernidade do "hip hop" do Alto Vera Cruz, dessa Minas Gerais que tem nos seus cantores, nos seus congadeiros a expressão maior de um povo que sofreu, que foi explorado pela colônia, mas que resistiu através de uma produção artística absolutamente memorável, com esse amor à liberdade e à história do seu povo.

Caro Presidente, caros Deputados e Deputadas, compartilhei com Mauro Werkema uma experiência ímpar. O Palácio das Artes tem a trajetória de ser um espaço das elites. Ali há a tradição da arte de mercado, das grandes bilheterias.

Mas, em 1997, enquanto Vereadora, fiz a proposta de um concurso. Já naquela ocasião, havia dificuldades e a violência nas escolas era algo absolutamente desafiador desde então. Compartilhando com vários professores, sugeri que fosse feito o concurso Grafitando pela Paz, que seria um grafite feito nas escolas de periferia dessa cidade, feito nas condições mais precárias, em papel-cartolina, e muitas vezes no chão, porque, pelos depoimentos de alunos, em suas casas simples não havia espaço para que desenhassem. Esses artistas do povo fizeram obras geniais. E digo, caros Deputados e Deputadas, que busquei um outro espaço público, e a mim não me cabe cobrar, mas que não teve a sensibilidade de permitir que fosse feita essa exposição. Sr. Presidente, o Mauro Werkema, Superintendente do Palácio das Artes, compreendendo a dimensão da arte do povo, compreendendo a dimensão de que o grafite era uma expressão nova, a elevação e o desenvolvimento de uma arte de protesto, que é a pichação, abriu as portas do Palácio das Artes para que essa exposição fosse feita. Lembro aqui as palavras do Prefeito Célio de Castro, naquela ocasião: "A cidade tem que estar atenta às novas manifestações de rebeldia de seus jovens e de seu povo". É preciso compreender que as pichações são expressões de uma linguagem atordoada, uma linguagem de protesto, em que a juventude não sabe como se expressar. Nessa ocasião, o grafite surgiu como uma resposta criadora e criativa para canalizar as possibilidades culturais da nossa juventude.

Caros Deputados e Deputadas, digo-lhes que o Superintendente do Palácio das Artes abriu os espaços daquela grandiosa casa, aparentemente fechada para a arte simples do povo, para a exposição Grafitando pela Paz, de 36 alunos de escolas da periferia. E pasmem, senhores e senhoras, essa exposição, durante o ano de 1997, foi uma das três atividades do Palácio das Artes que ocupou a mídia internacional, uma mídia que assustou a todos, porque a expressão cultural que aquela juventude colocava no seu papel e nos seus rabiscos era criativa. Foi a segunda exposição em termos de comparecimento público. Era uma exposição absolutamente precária, Sr. Presidente, arranjada com arames, cartolina simples, mas que teve essa dimensão.

Trago esse depoimento para dizer exatamente porque defendo a indicação do Sr. Mauro Werkema para o Palácio das Artes. Faço isso porque é um homem que não tem a visão tacanha e estreita de certas pessoas públicas, que só atendem aos que o estão apoiando. Meu partido não integrava a base do Governo Itamar Franco, mas o respeitava como homem que soube defender o patrimônio de Minas, embora houvesse os problemas administrativos, que eram óbvios e foram registrados na história. Mas nem por isso Mauro Werkema deixou de abrir as portas do Palácio das Artes para essa exposição, Deputado Domingos Sávio, em que um dos pais dos alunos chegou de sandálias havaianas e chorou, dizendo: "Nunca imaginei que meu filho tivesse oportunidade de estar nesta casa".

Caro Presidente, a indicação de Mauro Werkema extrapola os limites partidários, tratando-se de homem que soube cumprir, com justeza pública, a sua missão. Esta indicação assume o aspecto de um resgate histórico numa compreensão do desenvolvimento cultural de nosso

Estado, iniciado nos idos de Aleijadinho, chegando aos nossos dias com o movimento "hip hop", expressão da alma rebelde e libertária da juventude mineira. Sem dúvida alguma, votarei favorável à indicação do nome de Mauro Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão da oradora.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre a indicação dos titulares das seguintes entidades: CETEC, UTRAMIG, IGA E OUTRAS, em 2/4/2003

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Ana Maria, Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar os relatores. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Sidinho do Ferrotaco para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos, para Presidente, a Deputada Ana Maria, e para Vice-Presidente, o Deputado Weliton Prado, ambos com cinco votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Sebastião Navarro Vieira convida para tomar assento à mesa a Deputada Ana Maria e a empossa no cargo de Presidente. Esta, por sua vez, empossa o Vice-Presidente, Deputado Weliton Prado. A Presidente designa o Deputado Leonídio Bouças para elaborar os pareceres sobre a indicação dos titulares da Fundação Centro Tecnológico do Estado de Minas Gerais - CETEC -, da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG - e da Fundação Helena Antipoff; e o Deputado Sidinho do Ferrotaco para elaborar os pareceres sobre a indicação dos titulares da Fundação João Pinheiro e do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Leonídio Bouças - Sidinho do Ferrotaco- Weliton Prado.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em 30/4/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Biel Rocha, Gilberto Abramo, Leonídio Bouças e Paulo César, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: "e-mail" encaminhado pelo Sr. Eduardo Coutinho, coordenador do Projeto do Mapeamento do Artesanato Mineiro, desenvolvido pelo Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor - CAPE - e pela Central Mãos de Minas, em que comunica que o CAPE e a Central Mãos de Minas estão realizando o mapeamento do artesanato mineiro com o intuito de fortalecê-lo. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento 445/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados da Comissão, em que solicitam seja formulado voto de congratulações desta Casa com a Central Mãos de Minas pela passagem de seus 20 anos de criação e com o CAPE pelo Projeto do Mapeamento do Artesanato Mineiro desenvolvido por essas ONGs, cujo objetivo é conhecer o artesanato do Estado e selecionar os municípios que participarão dos programas de treinamento e das feiras a serem realizadas; dos membros desta Comissão, em que solicitam sejam encaminhados ofícios às Prefeituras Municipais que mencionam, reforçando o pedido de preenchimento da Ficha de Pesquisa do Mapeamento do Artesanato Mineiro, enviada às Prefeituras pelo Sr. Eduardo Coutinho; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a crise na hotelaria mineira e as possíveis soluções, com a presença dos convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2003.

José Henrique, Presidente - Elmiro Nascimento - Biel Rocha - Leonídio Bouças.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em 8/5/2003

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir, a pedido do Deputado José Henrique, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Dr. Wilson Brumer, que fará uma explanação sobre os planos para a política de indústria e comércio no Estado. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que pleiteia sejam enviados ofícios às autoridades que menciona, solicitando-lhes empenho com relação ao início dos trabalhos na malha viária na região do circuito das águas, bem como na Rodovia BR-459 e nas demais rodovias da região do Sul de Minas, uma vez que já foram anunciados os recursos; José Henrique, Leonídio Bouças, Elmiro Nascimento, Paulo César e Biel Rocha, em que solicitam à Mesa da Assembléia providências no sentido de que seja realizado debate público sobre a situação das águas minerais produzidas no Estado; e Leonídio Bouças, em que solicita seja convidada a Secretária de Estado Extraordinária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas para fazer, nesta Comissão, uma explanação sobre as ações e políticas a serem empreendidas por aquela Secretaria. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir o convidado, que discorrerá sobre os planos do atual Governo relativos à área de desenvolvimento econômico. Registra-se a presença do Sr. Wilson Brumer, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o qual é convidado a tomar assento à mesa. O Deputado José Henrique tece suas considerações iniciais, como autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos Deputados presentes, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

José Henrique, Presidente - Biel Rocha - Leonídio Bouças.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária, em 13/5/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Amílcar Vianna Martins Filho para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. David Márcio Santos Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Vítor Fernando de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Caio Nelson Lemos de Carvalho para o cargo de Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 174/2003, da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente do BDMG a relação de todos os contratos firmados atualmente entre as Prefeituras e o Banco para utilização dos recursos do Fundo SOMMA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 201/2003, do Deputado Laudelino Augusto, solicitando ao Diretor do DER-MG cópia do contrato de execução da pavimentação do trecho da Rodovia MG-347 entre os Municípios de Maria da Fé e Cristina, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 206/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 242/2003, do Deputado Roberto Carvalho, solicitando ao Secretário de Justiça informações sobre a existência de projeto de instalação de um centro de recuperação de menores infratores em detrimento da implantação da 11ª Cia. de Polícia, no Bairro Barreiro de Cima. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 357/2003, do Deputado Irani Barbosa, solicitando ao Presidente da CEMIG cópia do convênio celebrado pela empresa com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais para fornecimento de serviços técnicos, conforme noticiado pelo jornal "Estado de Minas", em 22/3/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 13/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 531/2003, do Deputado Weliton Prado; 537/2003, da Deputada Marília Campos; 539/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 589/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 594/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 596/2003, do Deputado Djalma Diniz; 616/2003, da Deputada Vanessa Lucas.

Finalidade: discutir o possível descumprimento da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, Lei de Licitações, nas permissões concedidas pelo DER-MG aos taxistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como as implicações socioeconômicas dessas permissões.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 13/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 535/2003, do Deputado Gil Pereira; 541/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 542 a 544 e 597 a 600/2003, do Deputado Domingos Sávio; 545/2003, do Deputado Célio Moreira; 546 a 552/2003, dos Deputados Leonardo Quintão e Adalclever Lopes; 582/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 584/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 587/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 605/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 608 a 614/2003, do Deputado Leonídio Bouças; 632/2003, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir a Secretária de Desenvolvimento e Política Urbana, que fará explanação sobre Comunicação, Habitação e Saneamento no Estado, atendendo-se a requerimento do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 602/2003, do Deputado Domingos Sávio.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre as possíveis irregularidades ocorridas no processo de desapropriação da área denominada Várzea do Moinho, localizada no Bairro General Carneiro, no Município de Sabará.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 595 e 628/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 631/2003, do Deputado Doutor Viana e 607/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 13/5/2003, destinada à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes do Srs. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado; Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA; Amílcar Vianna Martins Filho para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro; David Márcio Santos Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA; Vítor Fernando de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG; e Caio Nelson Lemos de Carvalho para o cargo de Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC; e da Sra. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff; e dos Requerimentos nºs 174/2003, da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente do BDMG a relação dos contratos atualmente firmados entre as Prefeituras e o Banco para utilização dos recursos do Fundo SOMMA; 201/2003, do Deputado Laudelino Augusto, solicitando ao Diretor do DER-MG cópia do contrato de execução da pavimentação do trecho da Rodovia MG-347 entre os Municípios de Maria da Fé e Cristina; 206/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, com as especificações que menciona; 242/2003, do Deputado Roberto Carvalho, solicitando ao Secretário de Justiça informações sobre a existência de projeto de instalação de um centro de recuperação de menores infratores em detrimento da implantação da 11ª Cia. de Polícia, no Bairro Barreiro de Cima; e 357/2003, do Deputado Irani Barbosa, solicitando ao Presidente da CEMIG cópia do convênio celebrado pela empresa com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais para fornecimento de serviços técnicos, conforme noticiado pelo jornal "Estado de Minas", em 22/3/2003; e à apreciação dos Projetos de Lei nºs 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações; 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista; 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes; 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito; e 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional de Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação para o Diretor-Geral do IGAM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Arlen Santiago, Irani Barbosa e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, para o cargo de Diretor-Geral do IGAM.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação para o Cargo de Presidente da JUCEMG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Arlen Santiago, Djalma Diniz e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2003, às 14h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito, para o cargo de Presidente da JUCEMG.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Padre João, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Rafael, Leonardo Moreira, Leonídio Bouças e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o Relator.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Biel Rocha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Adalclever Lopes, Jayro Lessa e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação para o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Rafael, Leonídio Bouças, Célio Moreira e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2003, às 16 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de proceder a arguição pública do Sr. Dimas de Melo Braz, Diretor da FUMEC, para ocupar vaga aberta no Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com convidados, a ser realizada em 23/5/2003, às 9h30min, no Auditório da Câmara Municipal de Uberlândia, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre as freqüentes expulsões, nas terras improdutivas, de famílias de trabalhadores rurais ligados a movimentos de luta pela terra, ocorridas no primeiro trimestre deste ano no Estado.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 40/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome de Amilcar Vianna Martins Filho, indicado para a Presidência da Fundação João Pinheiro.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 11, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

O candidato, além de possuir excelente "curriculum vitae", que atende aos critérios exigidos para a ocupação do cargo, demonstrou amplo conhecimento sobre a entidade para cuja Presidência foi indicado. Esta Comissão entende que se trata de pessoa comprometida com os princípios da Fundação e que irá dignificar o cargo para o qual foi indicado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Amilcar Vianna Martins para Presidente da Fundação João Pinheiro.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Sidinho do Ferrotaco, relator - Leonídio Bouças - Weliton Prado.

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 40/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome de Vítor Fernando de Andrade, indicado para a Presidência da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 11, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

O candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja Presidência foi indicado, atendendo, ainda, aos demais critérios exigidos para a ocupação do cargo. Esta Comissão entende tratar-se de pessoa capaz e comprometida com os princípios da Fundação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Vítor Fernando de Andrade para Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Sidinho do Ferrotaco - Weliton Prado.

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 40/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição Estadual, o nome de Caio Nelson Lemos de Carvalho, indicado para a Presidência da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC.

Nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, foi constituída Comissão Especial para emitir parecer sobre essa indicação. Procedeu-se então à arguição pública do indicado, que respondeu às questões elaboradas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

O candidato, além de preencher os requisitos legais para assumir o cargo, tem conhecimento e experiência suficientes para bem administrar a entidade para cuja direção foi indicado. Está, portanto, apto a contribuir de forma significativa para o bom funcionamento da instituição.

Conclusão

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do nome de Caio Nelson Lemos de Carvalho para Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Sidinho do Ferrotaco - Weliton Prado.

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 40/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome de Irene de Melo Pinheiro, indicada para a Presidência da Fundação Helena Antipoff.

Foi constituída a Comissão Especial para emitir parecer sobre essa indicação, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno. Durante a arguição pública a que foi submetida, a indicada respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

Analisando o "curriculum vitae" da candidata, esta Comissão constatou que ela atende perfeitamente às exigências do cargo. Além disso, o seu

desempenho na arguição pública demonstrou o conhecimento e a experiência necessários para presidir com sucesso a Fundação Helena Antipoff e trazer contribuições significativas para o desenvolvimento da instituição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Irene de Melo Pinheiro para Presidente da Fundação Helena Antipoff.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Sidinho do Ferrotaco - Weliton Prado.

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 40/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome de David Márcio Santos Rodrigues, indicado para a Diretoria-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA.

Foi constituída a Comissão Especial para emitir parecer sobre essa indicação, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno. Durante a arguição pública a que foi submetido, o indicado respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

Esta Comissão constatou que o candidato, além de atender perfeitamente às exigências do cargo, demonstrou o conhecimento e a experiência necessários para desenvolver, com retidão e transparência, um profícuo trabalho em prol da instituição e do Estado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de David Márcio Santos Rodrigues para Diretor-Geral do IGA.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Sidinho do Ferrotaco, relator - Leonídio Bouças - Weliton Prado.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/5/2003

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta sexta-feira, Montes Claros recebe o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gudesteu Biber Sampaio.

O Desembargador Gudesteu Biber bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito da UFMG em 1963; ingressou no Ministério Público em 1964 e atuou nas Comarcas de Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho e Serro; tornou-se Juiz de Direito das Comarcas de Dom Joaquim, em 1966, e Minas Novas em 1967. Depois, foi designado para São Sebastião do Paraíso, Muriaé e Belo Horizonte. Foi Juiz do Tribunal de Alçada em 1981, Desembargador do Tribunal de Justiça em 1987, Vice-Presidente do TRE, em 1996, e, depois, Presidente do TRE. Atualmente, é o Presidente do Tribunal de Justiça.

Ele vai à nossa cidade para instalar a 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública, Registros Públicos, de Falência e Concordatas, da 2ª Vara de Família e Sucessões, e a Vara Especial Criminal do Tribunal de Júri e de Precatórias Criminais. Essa ampliação dos serviços judiciários em Montes Claros demonstra o arrojo e a capacidade empreendedora do Desembargador Gudesteu Biber, magistrado sério, comprometido com os interesses da sociedade e que tem realizado verdadeira revolução no Judiciário mineiro, especialmente com os juizados especiais que tem implantado no Estado, agilizando, assim, a prestação dos serviços jurisdicionais. São inegáveis os avanços da consciência de cidadania em nosso Estado, nos últimos anos. A consolidação da democracia brasileira leva ao aumento da luta dos cidadãos por seus direitos. É no Judiciário que o cidadão busca abrigo para dirimir suas pendências, inclusive com o Estado, que tem, infelizmente, o péssimo hábito de transgredir leis.

O aumento da demanda acabou sufocando o Judiciário, que necessita urgentemente da ampliação dos seus serviços para atender, com rapidez, aos que buscam o chamado "Terceiro Poder" para resolver suas aflições. A instalação das novas varas garantirá ao povo de Montes Claros e região atendimento mais rápido e eficiente. Essa reivindicação, antiga, agora é atendida graças ao empenho do Desembargador Gudesteu Biber Sampaio, que ouviu o clamor de nosso povo por justiça.

Além das quatro varas, o Desembargador está disposto a instalar as varas de Mirabela, Várzea da Palma e São João do Paraíso, dependendo, para tal, de que os Prefeitos consigam arrumar os prédios. No momento em que ele instalar a vara de Mirabela, vai desafogar Montes Claros. São João do Paraíso fica a mais de 100Km de Rio Pardo, o que obriga a população daquela cidade a de se deslocar.

Fazemos um apelo aos Prefeitos de Mirabela, São João do Paraíso, Várzea da Palma e demais cidades que terão varas instaladas. Esta Casa votou o projeto do Desembargador Gudesteu Biber. Agora, ele pode começar a implantar essas varas tão necessárias. O Desembargador Gudesteu Biber, que já esteve como Promotor em Rio Pardo, e cujo pai foi Prefeito de Buenópolis, neste momento tem dado atenção especial a todo o Judiciário de Minas Gerais, principalmente e prioritariamente à região mais pobre do Estado, o vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte)* - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Arlen Santiago. Faço coro à sua voz e junto-me a ela para, neste instante, atestar meu apreço ao Desembargador Gudesteu Biber Sampaio. Trata-se de uma pessoa séria, honesta, competente, de conduta

ilibada, que vem dar seqüência à felicidade que nós, mineiros, temos com relação às Presidências do Tribunal de Justiça. Lembra-nos, com saudade, os Desembargadores Monteiro de Barros e José Fernandes.

O Desembargador Gudesteu Biber Sampaio vem dando seqüência a esse trabalho, porém com um dinamismo incontestável. Em Várzea da Palma e Pirapora já tivemos instalação de varas.

Deputado, quero cumprimentá-lo pela felicidade, pela clarividência, pela luz de V. Exa., nesta tarde de hoje, ao enaltecer a figura tão importante do Desembargador Gudesteu Biber Sampaio.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Também quero fazer coro com V. Exa., Deputado Arlen Santiago, para agradecer ao Presidente do Tribunal de Justiça pelo trabalho feito em prol da cidade de Montes Claros. E também reconhecer a importância desse ato que acontecerá no dia 9, sexta-feira, uma vez que Montes Claros passará a ter mais condições de atender as quase 350 mil pessoas que moram na cidade e as outras tantas que usam e precisam da justiça desse município, todas elas residentes no Norte de Minas.

É um ato importantíssimo. Aliás, Montes Claros não pode reclamar do Tribunal de Justiça. Há pouco tempo, tivemos a inauguração de um fórum num prédio espetacular. Foi um trabalho de toda a bancada norte-mineira, que exigiu pressão muito grande junto ao Tribunal de Justiça e ao Governo do Estado. E para completar esse trabalho fantástico que a justiça tem feito no Norte de Minas é necessário, como V. Exa. bem disse, a instalação de comarca, que já foram criadas há mais tempo, como por exemplo, a de São João do Paraíso, cidade tão distante, próxima à divisa com a Bahia. É necessário, mais do que nunca, a instalação dessa comarca. Faço um apelo ao Prefeito para que desenvolva todo o esforço no sentido de ceder um local para a instalação da Comarca de São João do Paraíso.

Também quero lembrar a instalação da Comarca de Jaíba. Hoje mesmo o Prefeito de Jaíba está em Belo Horizonte e receberá da RURALMINAS um imóvel, localizado no centro de Jaíba, que servirá para a instalação da comarca nessa cidade.

Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento. Parabenizo também a justiça de Montes Claros, seus Juizes, Promotores. Isso, para mim, tem um gosto muito especial, pois meu pai foi Juiz nessa cidade, Diretor do fórum e um dos primeiros defensores da construção do fórum de Juiz de Fora.

O pronunciamento de V. Exa. é, como sempre, lúcido, bem elaborado e aborda com clareza fato tão importante para a cidade de Montes Claros e para a justiça mineira.

Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Nobre colega Deputado Arlen Santiago, aproveito a oportunidade, em que V. Exa. faz um justo registro e elogio ao Desembargador Gudesteu Biber, Presidente do Tribunal de Justiça, para destacar duas coisas, entre tantas já abordadas.

Primeiro, a capacidade administrativa do Presidente do Tribunal. Já estávamos, há muitos anos, aprovando, na Lei de Organização e Divisão Judiciária, não só a criação de comarcas necessárias, nas quais havia grande acúmulo de trabalho, como também a criação de novas varas. E é importante ressaltar que, desde o primeiro momento, nosso pedido foi acolhido pelo Desembargador Gudesteu Biber. Isso devido a seu tino, sua postura administrativa, seu empenho, que é bom que se destaque, talvez tecendo exceção em relação a outros Presidentes, no sentido de lutar por melhorias e ampliação das verbas do Tribunal, o que sempre teve acolhida nesta Casa. Sempre mantivemos esse diálogo.

E a segunda questão que destaco é a capacidade de diálogo do Presidente. O Presidente, de alguma forma, tirou a Presidência do Tribunal de um certo olimpo, passando a receber cidadãos comuns, representantes de entidades da sociedade e Deputados. A Presidência do Desembargador Gudesteu aproximou a justiça do povo, como deve ser.

Além do registro de Montes Claros, faço o da ampliação em Contagem, ainda não tendo sido possível efetivar a construção do novo fórum. Também quero falar da criação da 2ª Vara em Andradadas, reivindicação que fizemos com outros Deputados, e, ainda, da instalação da Comarca de Cruzília, cidade governada pelo PT, que, conforme compromisso firmado, será instalada até o final do ano.

Como bem disse o Deputado Rêmoló Aloise, guardam-se lembranças do período em que o Dr. Gudesteu foi Juiz na Comarca de São Sebastião do Paraíso. V. Exa. faz uso correto da tribuna para falar de um homem de bem, que aproximou o povo da justiça.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Gostaria de fazer coro com suas justas homenagens ao ilustre Presidente Gudesteu Biber. O diálogo no Poder Judiciário, graças a sua visão extraordinária, tem facilitado o acesso de Juizes, Magistrados, Promotores e toda a comunidade.

Homenageio-o em nome do Sul de Minas porque, no dia 16, S. Exa. estará em Pouso Alegre instalando a 4ª Vara Cível. Reitero o agradecimento pela instalação da Vara de Andradadas, que contou com a presença do Presidente. Há, ainda, expectativa de instalação de mais uma vara na minha querida Ouro Fino, cujo processo já foi aprovado. Estamos na fase final de implantação.

S. Exa. está de parabéns. Temos à frente do Poder Judiciário uma estrela de primeira grandeza, pelo exemplo, caráter e dinamismo.

O Deputado Arlen Santiago* - Caro Presidente Gudesteu Biber, o Norte de Minas, onde estive desde que era Promotor de Rio Pardo, lhe quer muito bem. Temos certeza de que guarda em seu coração grande carinho para com a população.

Na sexta-feira, estaremos no Fórum de Montes Claros para aplaudi-lo e render homenagens pelo que tem conseguido fazer àquela região sofrida apesar do pequeno orçamento e da crise por que Minas Gerais passa. Quanto mais dificuldades, mais se precisa de justiça. Parabéns!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ricardo Duarte* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, representantes da imprensa e telespectadores, podemos afirmar que a Emenda Constitucional nº 29, de 13/9/2000, representou uma conquista resultante da luta pela saúde pública no Brasil, que, após anos de mobilizações e negociações, conseguiu vincular percentuais da receita da União, Estados e Municípios com ações e serviços públicos de saúde.

É bem verdade que essa Emenda foi aprovada em meio ao cenário desfavorável de um governo pouco sensível às questões sociais e às condições precárias de atendimento às demandas da população e pouco comprometido com o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Por ações e serviços de saúde incluem-se, entre outros, a produção de medicamentos, equipamentos, vacinas, hemoderivados; ações de vigilância sanitária e epidemiológica e, principalmente, o atendimento integral à saúde por meio do SUS.

Os Estados devem, segundo a Emenda, aplicar no mínimo 12% do produto da arrecadação dos impostos, deduzidas as transferências feitas aos municípios, na saúde.

Para os que aplicam valores inferiores a esse percentual foi prevista uma elevação gradual do montante aplicado, até alcançar, em 2004, os 12% previstos na Emenda nº 29. Minas Gerais deveria, por exemplo, aplicar em 2001 o percentual de no mínimo 8,25% em ações e serviços públicos de saúde; em 2002, 9,5%; em 2003, 10,75%.

Entretanto, cerca de R\$315.000.000,00 destinados à área da saúde em 2001 ficaram em restos a pagar para 2002. O mesmo fato se repetiu em 2002, não sendo os valores efetivamente aplicados naquele setor. Sabemos que os restos a pagar nada mais são que uma solução contábil, não garantindo o cumprimento da Constituição. Esses recursos - mais de R\$600.000.000,00 - deixaram principalmente de ser destinados aos inúmeros convênios com Prefeituras para garantir a atenção básica à saúde e a descentralização do SUS. Deixaram de garantir aos cidadãos mineiros o acesso aos bens e serviços essenciais às suas condições de bem estar físico, mental e social. Deixaram de garantir condições adequadas de funcionamento aos 22 hospitais públicos da FHEMIG ou de contribuir para a produção de medicamentos pela FUNED. Enfim, podemos afirmar que esse dinheiro que o Estado não destinou à saúde deixou de salvar vidas e condenou ao sofrimento desnecessário pessoas que poderiam ser melhor e mais rapidamente atendidas pelo SUS.

Amanhã, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa discutirá o balanço geral do exercício financeiro do Estado, encerrado em 2001. Como Presidente da Comissão de Saúde, não poderia deixar de manifestar-me acerca da não-aplicação dos recursos previstos para a saúde, que devem constituir uma ressalva no posicionamento dos Deputados no momento de julgar essas contas. Solicito ao Governador de Minas que se posicione sobre os recursos orçamentários devidos à saúde pública do Estado. Além dos 10,75%, que, conforme estabelece a Constituição, devem ser efetivamente aplicados na saúde em 2003, como ficam os restos a pagar referentes a 2001 e 2002? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, e Srs. Deputados, como leitor atento do "Estado de Minas", tive acesso à matéria "Receita de Municípios Será Mudada", veiculada ontem, 5/5/2003; a propósito da reforma tributária, entregue pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 30/4/2003, sendo remetida hoje para a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

A regra vigente privilegia a produção econômica de cada município, assevera o jornal, permitindo que ocorram distorções, porque determinadas cidades possuem receita "per capita" 129 vezes maior que outras. Isso significa que determinados municípios arrecadam R\$1,00, enquanto outros, R\$129,00. Em outras palavras, é como se um morador dessas cidades valesse 129 vezes mais que os de outras.

Esse critério, conhecido por todos nós, é altamente concentrador. Gera e alimenta círculo vicioso de má distribuição da receita, por conseguinte, de renda. Assim como ocorre entre as pessoas, o mesmo se dá entre os municípios: rico cada vez mais rico, e pobre cada vez mais pobre. O novo critério - lembra a reportagem do "Estado de Minas" -, que toma o tamanho da população como principal parâmetro, reduziria as desigualdades significativamente.

Esse tema não é novo nesta Casa, tampouco nesta tribuna. Faz parte de luta nossa, bem intitulada pela imprensa de ICMS Solidário. Há anos, pregamos a mudança do critério de "valor econômico" para "valor humano". A construção de uma sociedade solidária, assim como a redução das desigualdades sociais, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, como bem destaca o art. 2º da Carta da República.

Reformar, senhoras e senhores, é dar nova forma, criar novo formato. Quando se reforma o texto da Carta política, a atribuição de nova forma deve ter como fundamento a dignidade da pessoa humana. Tal afirmação não é nossa, mas do constituinte federal de 1988, que a inseriu nos princípios fundamentais - art. 1º. Ficamos contentes que o sentimento da reforma tenha essa fonte motivadora e essa finalidade como meta.

O projeto de lei que tramita nesta Casa, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, nosso projeto do ICMS Solidário, avança nessa direção. Se não fazemos mais é por causa do empecilho constitucional a ser rompido pela reforma que virá.

Para explicar melhor, é indispensável recordarmos que, na Federação brasileira, cabem aos municípios, entre outros, a receita dos Estados federados, 25% do produto da arrecadação do ICMS. A regra está consagrada no art. 158, inciso IV, da Carta da República. O repasse obedece a critérios predominantemente econômicos: no mínimo 75%, na proporção do valor adicionado relativo à circulação econômica, conforme estatui o inciso I, parágrafo único, do art. 158. Os outros 25% possuem critérios segundo lei estadual, dita o inciso II. São esses 25% que nosso projeto de repartição de receita do ICMS tem por objeto.

Se nosso projeto, por limitação quantitativa, já atende a 14 milhões de mineiros, estampando e imprimindo o critério da solidariedade, quanto mais pessoas, maior volume de receitas - aí observadas as carências, para a gradativa eliminação da desigualdade social -, imaginem a extensão nacional da reforma pretendida.

Ilustrando meu pronunciamento, registro alguns casos assustadores, que muito nos entristecem. O Município de Cachoeira Dourada possui 2.300 habitantes, cuja renda "per capita" é de R\$202,00, totalizando uma receita mensal de R\$465.000,00. Por outro lado, Ribeirão das Neves, com uma população de aproximadamente 250 mil habitantes, tem uma receita "per capita" de R\$2,00, perfazendo uma receita mensal de apenas R\$500.000,00. Uma população de 2 mil habitantes, com uma renda de quase R\$500.000,00, e outra população, de quase 250 mil habitantes, com a mesma renda. Assusta-nos ainda mais o caso espantoso da cidade de Paulínea, em São Paulo, com população de 51 mil habitantes, renda "per capita" de quase R\$500,00 e receita mensal em torno de R\$24.000.000,00, muito mais do que se reuníssemos os Municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibitité, São Joaquim de Bicas, Raposos, etc.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o e presto um testemunho do esforço que esta Casa, liderada por V. Exa., vem fazendo ao longo dos últimos dois anos, na tentativa de chegar a um consenso quanto à redistribuição do ICMS no Estado, corrigindo distorções e estabelecendo novos critérios para a Lei Robin Hood. Espero que neste ano possamos avançar, porque as distorções existem, mas não somente na área metropolitana. Quanto mais pobre e distante o município, quanto menos infra-estrutura administrativa e menos benefícios tem, menos ele recebe. Não há nenhum critério de justiça e equidade. Congratulo-me com V. Exa., colocando à sua disposição meu trabalho e o dos Deputados que conhecem as injustiças tributárias em Minas, para que seja elaborado um projeto que corrija essas distorções. Isso deve ser feito com rapidez, pois, da forma como está, os municípios ricos ficarão cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Esta é a triste realidade. Orçamentos bilionários recheiam os cofres de cidades de poucos milhares de pessoas. Por outro lado, existe escassez de recursos para milhões. A concentração tributária, assim como a realidade, faz prevalecer como único o poder

dos que detém o domínio econômico. A redução da desigualdade é escopo impresso em inúmeras cartas políticas que a realidade teima em não consubstanciar. Minas Gerais, mais uma vez, por meio de seu parlamento, mostra-se à frente dos questionamentos e das soluções, e já reconhecemos aqui o esforço e espírito empreendedor do Governador Aécio Neves, que criou uma secretaria com ações voltadas para os menos favorecidos. O ICMS Solidário, mesmo na pequenez de sua possibilidade legislativa, já apontava o caminho a ser trilhado.

Cremos que a verificação, no âmbito nacional, de que o modelo atual de distribuição provoca o País distorcido, como dizia o grande e saudoso Milton Campos, revela para os mineiros a certeza absoluta de continuarmos no caminho que nos aponta o projeto solidário.

Portanto, Sr. Presidente, é hora, e há muito tempo, de construir verdadeira república, em que os tributos arrecadados transformem-se em segurança, saúde, educação e um mínimo de vida que mereça esse adjetivo, porque há muito deixou de ser substantivo na nossa dura realidade.

Conclamo os Deputados para, em nome de Minas e dos mineiros, fazermos coro à tramitação e à aprovação de projeto de reforma tributária que venha coroar o critério humano. Isso evidencia a vocação de Minas de sempre participar em prol dos direitos e garantias da pessoa.

Os elevados ideais que possibilitaram revoluções, como bem registra a História, precisam ser resgatados. Dentre eles, o da dignidade de ser pessoa dotada de direitos e obrigações, e que hoje carece de vida, e como bem diz o ensinamento cristão: vida plena. Esse resgate clama também por liberdade.

A pessoa não pode ser avaliada pelo princípio geográfico-econômico. Um brasileiro não tem válido o mesmo em qualquer local do País. Não podemos concordar que haja saúde para uns e não haja para outros, segurança para poucos, habitação para pequena parcela e exclusão para os demais.

É lamentável o atual critério de distribuição de ICMS em nosso País, o qual perpetua o sofrimento, a fome, a doença e o desemprego.

Entretanto, nova luz surge no cenário nacional com a inserção dessa alteração na Constituição Federal, promovida pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tenho certeza absoluta de que ela nos dará oportunidade de fazer a distribuição do ICMS de forma mais justa, humana, solidária e fraterna.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, telespectadores da TV Assembléia, funcionários, imprensa, senhoras e senhores.

Como médico, membro efetivo da Comissão de Saúde e Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, venho a esta tribuna denunciar ação que atinge os brasileiros e, em especial, os mineiros: a quantidade de agrotóxicos e outros pesticidas, não autorizados no Brasil, utilizados em algumas plantações de frutas e verduras. Sabemos que podem alojar-se em órgãos do corpo humano e ocasionar sérios problemas à nossa saúde.

Apesar de ainda não existirem pesquisas em nosso País sobre os riscos do uso de alimentos contaminados por agrotóxicos, todo médico deve saber que o alimento, quando é limpo e equilibrado, beneficia o organismo, podendo curar várias doenças.

Influenciada pela safra da laranja, a produção de frutas no ano de 2002, em Minas Gerais, cresceu 7% em relação ao ano anterior, alcançando 2,3 milhões de toneladas. O programa de incentivo permanente ao desenvolvimento da fruticultura no Estado, resultado de trabalhos em parceria da FAEMG, SEBRAE, OCEMG e FIEMG, já está em andamento. Segundo dados da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado, o mesmo propiciará a organização do setor produtivo, a promoção da qualidade e o desenvolvimento sustentável, além da disseminação de informações e tecnologias. Por meio do Conselho Estadual de Política Agrícola, está prevista a criação da Câmara Setorial de Frutas e de Centros Regionais de Informação e Inovação em Fruticultura.

Mais interessante seria que, antes de todas essas medidas, fosse possível a redução do nível de agrotóxico utilizado nas plantações convencionais, o que traria ganhos para a saúde dos trabalhadores rurais, da população em geral e ainda para o meio ambiente.

Em dezembro de 2002, ocorreu, em Frei Inocência, a morte de duas crianças simplesmente pelo fato de terem passado mal após tomarem sorvete, que, segundo exame pericial efetuado pelo Instituto de Criminalística, em Belo Horizonte, estava contaminado com um tipo de agrotóxico usado contra pragas na lavoura.

De acordo com notícia veiculada no jornal "Folha de S. Paulo" no mês passado, dois estudos realizados pela ANVISA nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pernambuco demonstram que 22,17% das frutas, verduras e legumes vendidos em supermercados continham excesso de agrotóxicos e 34% de uma lista de alimentos industrializados mais consumidos revelavam problemas de higiene.

De 1.278 amostras de alface, banana, batata, cenoura, laranja, maçã, mamão, morango e tomate, 1.051, cerca de 81,2%, possuíam resíduo de agrotóxicos. Das 233 amostras citadas, em 21% foram encontradas graves irregularidades: 94 continham agrotóxicos acima do limite permitido pela legislação e 74 tinham pesticidas não autorizados, tendo em vista o alto grau de toxicidade existente nos produtos, e 65 amostras apresentaram os dois problemas.

Ainda segundo o jornal, somente as frutas e os legumes exportados são fiscalizados corretamente pelo Ministério da Agricultura.

No nosso País, o que é bom manda-se para fora. Devemos melhorar a qualidade dos produtos que permanecem no Estado e no País, para o consumo dos cidadãos brasileiros. O Ministério da Agricultura precisa adotar fiscalização, no mínimo, semelhante à dos produtos exportáveis. O Presidente da República e o Ministro precisam, o mais rápido possível, tomar esse posicionamento.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Doutor Viana, parabeno-o pelo alerta em relação ao uso e à aplicação de defensivos agrícolas; para nós, engenheiros agrônomos, são defensivos agrícolas, para os ambientalistas e leigos são agrotóxicos. O caso é realmente sério. Os resíduos nos produtos, nas hortícolas e frutas, de maneira geral, preocupam a saúde.

Malthus disse que a população crescia em proporção geométrica e a produção em proporção aritmética. Evidentemente, previu a fome no mundo. A revolução verde, as tecnologias modernas dos defensivos agrícolas proporcionaram maior produtividade e a não-realização dessa previsão. Portanto, focaliza-se o lado positivo dos chamados defensivos agrícolas ou agrotóxicos. V. Exa., que é da área da saúde, sabe que temos de tomar cuidado com isso, pois temos assistido à forte incidência de câncer, principalmente nas regiões em que o uso de agrotóxico é

bastante intenso. O receituário agrônômico, que é lei federal e estadual, é o caminho para que o uso seja adequado. Preventivamente, o uso contra pragas e doenças tem sido abusivo, sem necessidade. Infelizmente o aparato público não tem condições de fiscalizar. Há a polêmica também dos transgênicos, utilizados para a diminuição do uso de agrotóxicos. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Doutor Viana* - Se usassem os defensivos agrícolas permitidos, não haveria problema. Porém utilizam alguns proibidos, tóxicos. Como não há fiscalização suficiente, são utilizados de maneira extremamente preocupante.

A lei federal que trata dos agrotóxicos não está sendo cumprida. Precisamos denunciar e cobrar ações dos órgãos responsáveis, pois a questão da utilização incorreta de agrotóxicos se apresenta hoje muito mais grave do que a própria resistência do Governo em relação aos transgênicos.

O Deputado Paulo Piau falou sobre os transgênicos, mutações para conseguir maior resistência e produtividade, aceitos em muitos países, mas há resistência considerável no Brasil. Apesar da lei de agrotóxicos, os órgãos responsáveis facilitam muito. As substâncias não permitidas ainda são utilizadas, porque a fiscalização é ineficiente. Por isso trago este alerta. Estamos sujeitos a muitos problemas, pois ingerimos esses alimentos a todo instante.

Venho também trazer congratulações ao Desembargador Gudesteu Biber Sampaio pelo grande trabalho que vem desenvolvendo à frente do Tribunal. Além da sua probidade, vemos uma administração muito progressista e desenvolvimentista, com resultados práticos e positivos para a justiça e para o cidadão do nosso Estado. Que possa continuar nesse trabalho com seu empenho, competência e inteligência, aprimorando cada vez mais a justiça no Estado.

Congratulações também à ex-Deputada Maria Elvira, que assumiu a Presidência da Comissão Empresarial de Turismo da ACM. Que consiga passar toda sua competência, inteligência e dinamismo para aquela instituição, no engrandecimento do turismo. O Governo Estadual e seu Secretário, Aracely de Paula, entendem e sabem o quanto o turismo é importante para nosso Estado, assim como o Governo Federal, através do Ministro Mares Guia e do Presidente Lula, que tem dedicado uma grande ênfase ao desenvolvimento do turismo em nosso País. Há semanas o Presidente recebeu o plano de turismo do Ministério que criou, porque sabe da importância do turismo em todos os países do mundo. O Brasil, país extremamente favorável ao turismo, ocupa lugar muito distante do que deveria ocupar.

Como é a primeira oportunidade que tenho de ocupar a tribuna, manifesto meu sentimento de pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República Aureliano Chaves, ex-Governador do nosso Estado, homem que ocupou tantos cargos importantes, amigo e referência que deixa grande lacuna. Além disso, é orgulho de todos nós, mineiros, por ter nascido na nossa cidade de Três Pontas. Deixo meu sentimento à família e a todos que o admiravam como pessoa, homem e político.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Deputados, telespectadores, o assunto que me traz à tribuna é sério e grave: a anulação do concurso público de provas e títulos da área da educação. Durante anos as pessoas que trabalham na área de educação e serviços gerais tiveram esperança e certeza de que um dia seriam concursadas. O último concurso público para P1 se deu em 1994, e o penúltimo para P3 e P5 foi em 1993. Foram anos de expectativa, de situação desconfortável como designados, insegurança permanente, esperando demissão a qualquer hora.

Foram anos de angústia curtida, esperando a possibilidade de um concurso, que, finalmente, foi anunciado e efetuado entre os meses de setembro e novembro de 2001. A angústia continuou porque foram mais de 500 mil pessoas disputando 53 mil vagas. A preocupação em ser um dos classificados, com certeza, estava presente na maioria daqueles que disputavam a vaga. Novamente a angústia, esperando o resultado da correção das provas, da classificação e da homologação do concurso.

Finalmente veio a posse e o exercício efetivo dos empossados. Quantos professores, pedagogos ocuparam os seus cargos e começaram vida nova! Entretanto, depois que já se consideravam em lugar certo, num trabalho com garantia por mais tempo, efetivados em cargo conseguido através de concurso, veio o pesadelo com a alegação de que este fora anulado porque houve erros, falhas.

Foi tremenda a situação daqueles que pensaram ter seus direitos garantidos. Quantos professores e professoras mudaram sua vida profissional e familiar! Quantas pessoas foram morar em outra cidade! O marido empossado levando a mulher, os filhos e a bagagem. Se era a professora empossada, levava o marido, os filhos e a bagagem. Estavam certos de que iriam começar vida nova.

Entretanto, para ter essa vida nova, além da viagem e do desconforto de começar, foram feitas dívidas e novos contatos para garantir uma nova modalidade profissional. Passavam de designados para efetivos ou de concursados para nomeados. Foi tão grave que vários deixaram o cargo que tinham, porque queriam melhores condições de trabalho e melhora na situação econômica. Professores ou professoras do P1 exoneraram-se para serem nomeados nos cargos de P3, P5 ou de pedagogos. De repente, essas pessoas acordaram com a dura realidade de que o pesadelo estava apenas começando.

Estranha a maneira como esse concurso foi anulado. Qualquer pessoa leiga percebe que, quando há conflito, problema que precise ser juridicamente examinado, deve haver direito de defesa para os interessados e para aqueles que fizeram ou estão ligados ao problema. Os argumentos apresentados para a anulação do concurso foram fraquíssimos: falhas técnicas e pessoais.

Se a falha é formal ou técnica, pode ser corrigida. Se a falha é pessoal, nem precisava anular o concurso, porque bastava corrigir e castigar quem tivesse abusado ou errado durante o concurso. As alegações foram absurdas. Disseram que pessoas usaram o celular, que alguns tiveram conhecimento do gabarito antes da prova e que outros chegaram atrasados e não puderam fazer a prova.

Ora, são falhas pessoais. Não poderia ter havido anulação de um concurso por falhas tão fracas e frágeis como essas. Falhas pessoais sem nenhuma consistência. Muitas vezes, as denúncias eram: "ouvimos dizer", "houve uma denúncia". Mas não houve apuração de nenhuma irregularidade de fato.

Outro problema é que as pessoas concursadas, aprovadas, nomeadas e empossadas não foram avisadas sobre a possibilidade da anulação do concurso nem foram citadas, para terem direito de defesa. Entendemos que a anulação só poderia acontecer depois da defesa dos principais interessados. Mas eles não tiveram essa oportunidade. Entretanto, não há derrotas permanentes. Com certeza, haverá recurso diante essa injustiça cometida contra tantos professores, que um dia sonharam fazer esse concurso. Claro que o Governador do Estado, que com certeza foi citado pela PPMG, deve responder por isso. Cabe-lhe defender-se e defender os professores chamados por ele para fazer o concurso.

Quero lembrar mais uma vez que não há derrotas permanentes. Cada Poder tem sua competência, mas nenhum - seja ele Legislativo, Judiciário ou Executivo - é maior que o poder do povo organizado. Por isso, estamos de pleno acordo com os professores para que se organizem cada vez mais, busquem os seus direitos e busquem fazer pressão para que o Governador Aécio Neves tome a defesa deles, o que, nesse caso, é sua obrigação, pois, se o processo aconteceu à revelia dos principais interessados, com certeza, o citado na causa cível

apresentada é o Estado de Minas Gerais. Cabe, portanto, ao Governador tomar a defesa desses professores, que estão em prejuízo.

Quero dizer ainda o seguinte: o concurso é o mais democrático caminho para alguém chegar ao poder. Graças a Deus não podemos tolerar mais alguém chegar a ocupar cargos públicos, de maneira permanente, pendurado em pedido feito a Deputado ou a algum político. O concurso vem consertar vários erros cometidos no passado. Acreditamos que é preciso validar esse concurso e respeitar os direitos dos aprovados.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte e parabeno V. Exa. por trazer ao Plenário um assunto da mais alta gravidade. Estive na Comissão de Educação na legislatura passada. Como Presidente dessa Comissão, vivi todo esse processo. Quero, inicialmente, lembrá-la de que essa tribuna foi ocupada por vários Deputados para alertar o Executivo sobre os critérios que estavam sendo adotados na realização do concurso. Nem um Deputado disse ser contrário à sua realização, mas todos alertaram o Governo sobre os procedimentos que estavam sendo adotados. Portanto, julgamos que houve falhas graves, de fato, na condução do concurso. Há suspeitas até da própria capacidade do instituto que o realizou, para quase 1 milhão de pessoas.

Concordo com V. Exa. que isso traz transtorno para a vida das pessoas, para aquelas pessoas que deixaram seus empregos na iniciativa privada ou na vida pública, na garantia de que o concurso seria válido e teriam garantido o seu emprego. Portanto, isso não é brincadeira, mas extremamente sério.

Quero alertar V. Exa., no entanto, de que se tratou de uma atitude judicial. Foi um Juiz de Direito quem concedeu liminar para a PPMG suspender o concurso.

Tomamos ciência por meio da imprensa de que a Procuradoria do Governo já está apresentando ação protestando contra a atitude do Juiz.

Por outro lado, temos as serviçais. Discutimos muito o caso aqui e sabemos, comprovadamente, que houve fraude. Foi um imbróglcio, algo mal feito do Governo passado, pelo que teremos que pagar. Mas o importante é haver solução justa para o caso. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Agradeço. Realmente, o Poder Judiciário deverá decidir isso. Não entrarei na questão de quem foi o culpado, mas não podemos admitir que tantas pessoas sejam prejudicadas, depois de terem acreditado na seriedade de um concurso.

Com certeza, o recurso será julgado à luz do direito pelos Juizes, e a lei prevalecerá. Lembro que não há direito mais forte do que o da pessoa humana e, no caso, invoco um conceito bíblico: a lei é feita para o homem, e não o homem, para a lei. Tantas pessoas não podem ser prejudicadas, e certamente haverá bom-senso dos Juizes que examinarão novamente o problema. As professoras terão garantidos seus direitos: fazer concurso e trabalhar.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sra. Deputada, quero cumprimentá-la por seu pronunciamento, extremamente atual. Sabemos que existem as leis, mas também o espírito das leis, como bem lembrou V. Exa., e é preciso que o Judiciário faça sua análise a partir desse espírito. São milhares de professores cujo emprego está sendo colocado em risco. Na semana passada, houve grande manifestação organizada pelo Sind-UTE, e estamos somando esforços para sensibilizar a justiça e o Governador, que deverá defender os professores nesse julgamento a partir do recurso.

Quero deixar registrado para todos os telespectadores da TV Assembléia o compromisso do Bloco PT-Pc do B em defesa dos profissionais da educação. Somos solidários e acreditamos que os Juizes serão sensíveis a essa questão extremamente social.

Agradeço. Acreditamos no bom senso dos Juizes que julgarão a causa. Nenhum poder é mais forte do que o do povo organizado, e, com certeza, os professores estão organizando-se.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários os que acompanham nossos trabalhos, Uma sucessão de fatos nos leva a pensar a respeito da necessidade de medidas de prevenção em todos os setores de atividade.

Há algum tempo, ocorreu, em Belo Horizonte, um incêndio de graves proporções, numa casa de espetáculos chamada Canecão Mineiro, vitimando várias pessoas. Constatou-se, naquela ocasião, a falta da necessária fiscalização quanto à regularidade do funcionamento daquela Casa, bem como quanto às condições de segurança de seus freqüentadores. O material que revestia o palco era altamente inflamável, a porta que seria utilizada como saída de emergência era estreita, e junto dela havia um degrau muito alto, que dificultou a saída, e, por isso, muitas pessoas foram ali pisoteadas. Tudo isso só foi verificado após a tragédia.

Meses depois, assistimos, chocados, ao rompimento da barragem de rejeitos da Mineração Rio Verde, que transtornou a vida dos moradores de Nova Lima e Macacos, poluiu cursos de água, causou mortes e destruição. De novo, o desastre poderia ter sido evitado se a fiscalização dos órgãos competentes em relação às condições da barragem tivesse sido eficiente, apontando os riscos e obrigando a empresa a adequá-la aos padrões de segurança. Mas tudo só foi visto depois.

Em condições muito semelhantes, o Município de Cataguases ganhou evidência até nos noticiários internacionais, com o rompimento da barragem de uma fábrica de papel, contaminando as águas do ribeirão do Cágado, do rio Pomba e, depois, do rio Paraíba do Sul. Tais fatos, ainda muito recentes na memória de todos nós, evidenciaram outra vez que a barragem, com 18m de profundidade, não foi construída de conformidade com as normas de segurança para aquele tipo de contenção.

O dano ao meio ambiente foi de grandes proporções: larga extensão de áreas de pastagem foi inutilizada, vários municípios do Estado do Rio de Janeiro ficaram muitos dias sem água potável, houve uma grande mortandade de peixes e de outros animais. Será muito difícil recompor os prejuízos.

Foi outra tragédia anunciada. Acresce que já há notícia de mais uma barragem nas mesmas condições precárias, no mesmo local.

Há poucos dias foi divulgado pela imprensa outro caso grave de vazamento de resíduos industriais, procedentes da Empresa de Mineração Esperança S.A. - EMESA -, desativada em 1996.

De acordo com a informação, toneladas de resíduos sólidos estariam sendo levados pelas chuvas, assoreando e alterando o curso do rio Paraopeba, no Município de Brumadinho. Cerca de 2ha de rejeitos de minério estariam sendo contidos numa barragem de 8m de profundidade.

Estou requerendo a esta Casa uma visita da Comissão de Meio Ambiente àquele local, para avaliar a extensão do dano e propor as providências necessárias.

Mais uma vez, não se tem notícia de uma fiscalização ou de um trabalho preventivo.

Às vésperas do 21 de abril, quando as mais altas autoridades do Estado e do País estariam em Ouro Preto para as festividades em homenagem a Tiradentes, um incêndio destruiu um casarão dos mais antigos daquela cidade, patrimônio da humanidade.

Foi uma perda irreparável, que prejudicou um conjunto arquitetônico de muita expressão. Não há ainda, ao que parece, um laudo técnico apontando as causas do incêndio, mas há a certeza de que, antes do sinistro, a guarnição de Bombeiros de Ouro Preto pleiteava à Prefeitura daquela cidade a instalação de hidrantes, uma vez verificado que a precariedade do abastecimento de água inviabilizaria providências de combate a incêndios na cidade.

De novo, a prevenção não foi levada a sério ou, se foi, não se atuou com a urgência que a situação exigia.

Na noite do último dia 23, uma van, que transportava estudantes de Ouro Preto para a universidade em Conselheiro Lafaiete, saiu da pista e caiu numa ribanceira, nas proximidades de Ouro Branco. Oito pessoas morreram e várias ficaram feridas. Ainda são desconhecidas as causas do acidente, mas as perguntas são inevitáveis. Seria mais uma dessas vans que fazem transporte clandestino? Seria um veículo sem a manutenção adequada? Teria o veículo sido retido, se houvesse uma fiscalização? Os pneus estariam gastos? O sistema de freios estaria em ordem? O motorista estaria descansado e em boas condições de saúde? Resta aguardar o laudo pericial.

No naufrágio de uma embarcação em Cabo Frio, vários mineiros foram vitimados. Viu-se, bem depois, que o barco tinha sido adaptado em estaleiro particular, não autorizado, e que não devem ter sido respeitadas as normas da engenharia náutica nessa adaptação. Um barco cargueiro foi transformado em um barco de passageiros, e o resultado da improvisação e da falta de uma fiscalização eficiente, infelizmente todos já sabemos.

Mas, de tudo que se disse aqui e de todos esses lamentáveis acontecimentos, uma conclusão é óbvia: falta prevenção. Só depois da porta arrombada, como diz o adágio popular, coloca-se a tranca. E, pelo visto, a tranca não tem sido das mais eficientes, pois fatos semelhantes estão se repetindo, e eram previsíveis e evitáveis.

Parece que, depois de lamentar tantas vítimas, voltamos à rotina e nada mais acontece. Mas a fiscalização tem de ser contínua, e os laudos técnicos que apontarem algum risco têm de ser considerados pelas autoridades competentes, para providências imediatas.

Tenho a informação de que o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - realizou um estudo a respeito das barragens e pretende atuar preventivamente no setor. Sei também que o Executivo Estadual está mobilizado para as providências de preservação do nosso patrimônio histórico. Quanto ao meio ambiente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável anunciou, no dia 23, a implantação de um novo sistema de gestão ambiental e a criação de um Centro de Emergências Ambientais, que funcionará 24 horas, para o atendimento de todos os tipos de acidentes ambientais, desde a contaminação de vias fluviais por agrotóxicos até os casos de incêndios florestais.

Essa Secretaria também fará o monitoramento constante das áreas de risco. Esse é o ponto-chave: monitoramento, acompanhamento, fiscalização. É preciso presença do poder público no controle das atividades que possam oferecer algum risco à comunidade. Há que se preservar a vida, a história, o meio ambiente. Estou certo de que não serão necessárias outras tragédias e outras mortes para que as providências sejam tomadas. É isso que os brasileiros e todos os mineiros esperam das nossas autoridades, e é isso que estaremos, como representante do povo, cobrando e acompanhando junto aos órgãos competentes.

Aproveito esta oportunidade para prestar homenagem a um homem que passou desta para a eternidade: o ex-Deputado Federal, grande homem, grande representante do povo, na época da revolução, João Herculino, nascido em Sete Lagoas, e que morreu com cerca de 76 anos idade, com a certeza do dever cumprido, pois, além de grande homem público - foi Prefeito de Sete Lagoas -, fundou a primeira universidade de Brasília - CEUB. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Laudelino Augusto

exonerando Alexandre Dutra Gomes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Rogério Marcos de Azevedo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Reinaldo Gabriel Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: TELECON Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em CPCT do tipo KS e serviços de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede de telefonia e de rede corporativa. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900.